

SÉRGIO ALFREDO MASSEN PRIEB

COLETIVOS NA LUTA E NO TRABALHO: O CASO DO ASSENTAMENTO DE
NOVA RAMADA EM JÚLIO DE CASTILHOS - RS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Campina Grande, PB - Brasil

1994

COLETIVOS NA LUTA E NO TRABALHO: O CASO DO ASSENTAMENTO DE
NOVA RAMADA EM JÚLIO DE CASTILHOS-RS

Autor: Sérgio Alfredo Massen Prieb

Orientador: Fernando Garcia de Oliveira

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado
em Economia, da Universidade Federal da Pa-
raíba - Campus II, como requisito parcial
para obtenção do grau de MESTRE EM ECONOMIA.

Campina Grande, PB - Brasil

1994




P948c Prieb, Sérgio Alfredo Massen.
Coletivos na luta e no trabalho : o caso do assentamento de Nova Ramada em Júlio de Castilhos - RS / Sérgio Alfredo Massen Prieb. - Campina Grande : 1994.
103 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1994.
"Orientação : Prof. Fernando Garcia de Oliveira".
Referências.

1. Assentamentos - Reforma Agrária - Rio Grande do Sul.
2. Pequena Produção - Rio Grande do Sul - Décadas de 50, 60. 3. Movimento dos Sem Terra (MST). 4. Produção Rural - Qualidade de Vida. 5. Assentamento (Nova Ramada) - Cooperativa (COOPANOR). 6. Dissertação - Economia. I. Oliveira, Fernando Garcia de. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 316.334.55(816.5)(043)

URCU

Agora
diante dos olhos de todos
nós faremos
nós mesmos 
os nossos milagres...

(Malakóvski)

AGRADECIMENTOS

Seria impossível citar todas as pessoas que participaram de forma direta ou indireta da elaboração desta dissertação. No entanto, não poderia deixar de citar o orientador, professor Fernando Garcia, que apesar da distância geográfica, demonstrou grande esmero e paciência. É necessário também agradecer aos demais professores do curso, em especial a João Otávio, Reinaldo Carcanholo, Claudet Guedes, Jurandir Xavier, Robério Santos, Bern Rabehl, Norma Soler, Heleno Rotta, José Bezerra, Paulo Ortiz e Maria Cristina. Da mesma forma, merecem um grande agradecimento as funcionárias do mestrado, Neuma Felipe e Glória, bem como os colegas da turma de mestrado, Arivaldo, Erinaldo, Fernanda, Ido e Romildo. Vários amigos e colaboradores também merecem lembrança, em especial, Luiz Fernando Barrios, José Carlos Noya, Luiz Carlos Gama, Luiz Henrique Torres, João Cardoso, Paulo Brasil, William Edward Carson, os assentados de Nova Ramada, em especial Cavalheiro e Terezinha, minha mãe Lucy, minha avó Anátia (falecida durante minha permanência no mestrado), e em especial a colega e companheira Rita, presença constante em todos os momentos.

Penso ser desnecessário dizer que quaisquer erros e omissões constantes neste trabalho são de inteira responsabilidade do autor, não cabendo às pessoas citadas nenhuma parcela de participação.

Este trabalho é dedicado ao meu filho Felipe, nascido em meio à correria do mestrado, com a esperança de que, um dia, ele viva em um mundo em que a terra seja de todos.

RESUMO

Coletivos na Luta e no Trabalho: O Caso do Assentamento de Nova Ramada em Júlio de Castilhos - RS

Autor: Sérgio Alfredo Massen Prieb

Orientador: Fernando Garcia de Oliveira

Com a crise da pequena produção agrícola do RS, principalmente a partir dos anos 50-60, os agricultores com pouca ou nenhuma terra passam a organizar-se em movimentos no sul do país na luta pela reforma agrária, culminando no final dos anos 70, com o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST). Depois de muitas conquistas obtidas através de ações como ocupações de terra e acampamentos, o MST passa a desenvolver formas alternativas de exploração da terra nos assentamentos, com a experiência coletivista. A COOPANOR (Cooperativa de Pequenos Agricultores de Nova Ramada) é um dos mais expressivos exemplos desta nova forma de organização da produção rural. Desta forma, estudando a experiência do assentamento Nova Ramada, faz-se uma comparação entre a qualidade de vida que os produtores de Nova Ramada (tanto coletivos como individuais) possuíam, antes de serem sem-terra, com a sua atual condição de assentados. Além disso, faz-se uma comparação entre o nível produtivo de hoje e de qualidade de vida entre os assentados coletivos e os individuais de Nova Ramada.

Universidade Federal da Paraíba - Campus II

Curso de Mestrado em Economia

Autor: Sérgio Alfredo Massen Prieb

Orientador: Fernando Garcia de Oliveira

Título: Coletivos na Luta e no Trabalho: O Caso do Assentamento de Nova Ramada em Júlio de Castilhos - RS

Dissertação de Mestrado em Economia

Campina Grande, agosto de 1994.

ABSTRACT

Collectives in Action and in Work: The Case of Nova Ramada, Small-Farmer-Settlement in Júlio de Castilhos - RS

With the decay of small-scale, farm production in Rio Grande do Sul, principally during the 50s and 60s, the farm workers have organized themselves into various agricultural movements demanding land reform in southern Brazil, the movement reappears with power in the late 70s, with the organization of the Class Action of Landless Rural Workers (MST). Following repeated success, gained of an with firm action such as the occupation of land, the MST promote the discussion on alternative forms of production for small land-holders, with collective experience. The Small Farmers of Nova Ramada Cooperative (COOPANOR) is one of the best experience from the collective form of production. This, studying the experience of the Nova Ramada Land Reform Movement, by comparing the quality of life experienced by the areas farmers before and after the establishment of the settlement. A comparison is also made between the cooperative-member producers and private producers as to production levels and quality-of-life experienced by both groups following the establishment of the small-farmer settlement.

FEDERAL UNIVERSITY OF CAMPINA GRANDE

POS-GRADUATION IN ECONOMY

Author: Sérgio Alfredo Massen Priebe

Adviser: Fernando Garcia de Oliveira

Title: Collectives in Action and in Work: The Case of Nova Ramada, Small-Farmer-Settlement in Júlio de Castilhos - RS

Dissertation of Master Science in Economy
Campina Grande, August, 1994.

SUMARIO

AGRADECIMENTOS	IV
RESUMO	VI
ABSTRACT	VIII
LISTA DE TABELAS	XI
ANEXO	104
INTRODUÇÃO	01
1. A origem da Pequena Produção Agrícola no RS	07
2. A Modernização da Agricultura e a crise da Pequena Produção Agrícola Gaúcha	12
3. A Situação do Pequeno Produtor Rural no RS	16
4. Lutas Camponesas no Brasil até 1964	22
4.1.- Os Movimentos Messiânicos	23
4.2.- Os Movimentos de Caráter Político	29
5. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra	37
5.1.- Os Projetos de Colonização	37
5.2.- O Conflito Sem Terra X Indígenas	43
5.3.- O Ressurgimento do Movimento dos Sem Terra no Estado .	45
6. O Assentamento de Nova Ramada	51
6.1.- O Movimento dos Sem Terra e as GPAs	53
7. O Surgimento da COOPANOR	59
7.1.- O Funcionamento da COOPANOR	62
7.2.- A Produção	67
7.3.- As Dificuldades	69
7.4.- As Perspectivas	70
8. Os Assentados de Nova Ramada: Coletivos e Individuais	72
8.1.- A Situação dos Assentados de Nova Ramada Antes de Ingressarem no MST	72
8.2.- A Atual Situação dos Produtores Individuais	

	11
no Assentamento	77
8.3.- A Atual Situação dos Produtores Sócios da COOPANOR ...	84
8.4.- Comparação Entre a Situação dos Produtores Individuais e dos Sócios da COOPANOR	89
9. NOTAS CONCLUSIVAS	98
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	102

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Confronto dos Resultados dos Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985, segundo a Condição do Responsável	17
TABELA 2 - Produção Agrícola dos Produtores Individuais de Nova Ramada entrevistados - Safra 1992	82
TABELA 3 - Produção Agrícola da COOPANOR-safra 1992	82
TABELA 4 - Produção Agrícola de Júlio de Castilhos Safra 1992	83
TABELA 5 - Rendimento (kg/ha) dos produtores individuais entrevistados, da COOPANOR e do município de Julio de Castilhos - safra 1992.	84
TABELA 6 - Comparativo da produtividade agrícola média da COOPANOR e do município de Júlio de Castilhos nas safras de 1990, 1991 e 1992.	85

Introdução

O presente trabalho visa ~~a~~ estudar uma experiência nova, vivenciada pelo MST (Movimento dos Agricultores Sem Terra) do Rio Grande do Sul, e que pode apontar uma esperança para muitos agricultores com pouca ou nenhuma terra, e que, no processo de decadência da pequena produção agrícola, encontram-se cada vez mais jogados ao abandono.

Os hoje assentados de Nova Ramada, a exemplo de milhares de agricultores do país, atravessaram períodos de extrema miséria, não só quando tentaram sobreviver como pequenos produtores individuais, assalariados, arrendatários, ou demais condições, mas também como acampados. Foram anos de luta, sofrimento, caminhadas, ocupações, fome, confrontos com a polícia e fazendeiros, prisões, e até mortes.

No entanto, muitos dos agricultores que eram vistos quase como mendigos pelas estradas, ou mesmo nas cidades, hoje conseguem não só ter uma vida digna, como são até mesmo respeitados pela sociedade, por muitos daqueles que antes os chamavam de "vagabundos".

Pode-se verificar o quanto a união e a história de luta destes agricultores conseguiu construir, e, disso, surgiu uma indaga-

ção: o que eram estes agricultores antes de se tornarem sem terra, como viviam, o que produziam? E, desta maneira, buscar descobrir em que sentido mudou a vida destes assentados, com a experiência coletivista da terra, através da COOPANOR (Cooperativa de Produção Agrícola Nova Ramada), bem como estabelecer as diferenças existentes entre os sócios da COOPANOR, e os outros membros do assentamento (produtores individuais), no que concerne à produtividade, condições de trabalho, e qualidade de vida.

Desta maneira, espera-se socializar a experiência da COOPANOR para outros grupos de pequenos produtores agrícolas com pouca ou nenhuma terra, e mostrar a estes que a união para lutar pela conquista da terra, e trabalhar em conjunto, rompendo com o individualismo típico do pequeno produtor agrícola, pode ajudar a equacionar muitos dos problemas que ora enfrentam, e que os está conduzindo à ruína.

Os objetivos do presente trabalho são:

Objetivo geral:

- Estudar a experiência que alguns agricultores, assentados em Nova Ramada estão vivenciando, com sua organização produtiva de forma coletiva e elaborar um perfil sócio-econômico do assentamento.

Objetivos específicos:

- Estabelecer uma comparação entre os assentados de nova ramada, que exploram a terra de forma coletiva (COOPANOR), e os demais, que a exploram de forma individual, no que se refere à qualidade de vida, acesso a crédito, maquinário, bem como da produtividade de cada um dos grupos.

- Analisar as diferenças existentes entre a qualidade de vida dos assentados, quando ainda não haviam ingressado no MST, e a sua situação atual, enfatizando o resultado destas transformações, em cada um dos grupos.

Para o estudo da problemática proposta, tornou-se necessário a realização de uma pesquisa de campo através de entrevistas com os assentados de Nova Ramada. Para isso, utilizaram-se 3 tipos de questionários: um, comum para ambos os grupos, tentando resgatar a sua trajetória, em que, de pequenos produtores passaram a ser sem terra e, além deste questionário, foram elaborados e aplicados mais dois tipos, endereçados, cada um deles, a cada grupo específico, coletivo ou individual.

Devido à impossibilidade de entrevistar todos assentados, fez-se uma amostragem com 19 das 100 famílias assentadas, 10 de sócios da COOPANOR, e 9 de produtores individuais, que podemos considerar com satisfatório grau de representatividade. Além dos questionários, buscou-se descobrir o funcionamento da COOPANOR,

através de conversas com as principais lideranças do assentamento, bem como uma vasta pesquisa bibliográfica sobre o MST.

A proposta inicial do trabalho contemplava a realização de uma pesquisa de campo participativa, para que a situação do assentamento pudesse ser vivenciada no dia a dia. No entanto, optou-se pela visita sistemática ao local da pesquisa para conversas com as lideranças da COOPANOR (foram feitas aproximadamente 5 visitas), levantando, desta maneira, informações mais gerais a respeito do assentamento e da COOPANOR.

Para a pesquisa de campo, utilizou-se a colaboração de um aluno da área rural da UFSM, já conhecido de muitos dos assentados. Com esta prática, buscou-se diminuir a tradicional desconfiança dos pequenos agricultores no contato com desconhecidos, visando, desta maneira, a facilitar a obtenção dos dados.

O trabalho divide-se em 9 partes, sendo uma introdutória, que busca explicar qual o objeto de estudo e os objetivos do trabalho. O primeiro capítulo discutirá o processo de surgimento da pequena produção agrícola do RS, com as suas especificidades. No capítulo posterior, será abordado o processo de modernização da agricultura, e seu reflexo sobre o pequeno produtor agrícola gaúcho. No terceiro capítulo, será discutida a situação do pequeno produtor agrícola gaúcho, e o processo de decadência a que foi submetido. No capítulo posterior, buscar-se-á resgatar a história da reação camponesa ao seu estado de miséria, através de lutas pe-

la conquista da reforma agrária. Para tanto, faz-se uma breve reconstituição histórica dos principais movimentos sociais no campo, no período pré-64, enfatizando os que envolvem os agricultores gaúchos, em especial, o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra), que foi o embrião do atual MST (Movimento dos Agricultores Sem Terra) no estado. No quinto capítulo, será discutido o surgimento do MST, como uma reação às políticas governamentais de colonização para outros estados e até países vizinhos, e, desta maneira, reconstituir a evolução do MST. No capítulo seguinte, será abordado uma das mais importantes conquistas do MST, o assentamento de Nova Ramada em Júlio de Castilhos, no RS, para, posteriormente, discutir a experiência coletivista da COOPANOR no referido assentamento, no que concerne ao funcionamento da COOPANOR e os aspectos referentes à produção. A seguir, em um novo capítulo, será abordada a situação dos assentados de Nova Ramada antes de tornarem-se sem terra e ingressarem no MST, e a sua condição atual, tanto para os sócios da COOPANOR, como para os produtores individuais. No capítulo seguinte, será feita uma comparação entre a situação atual dos sócios da COOPANOR e dos produtores individuais do assentamento, tanto em termos de produção, como de qualidade de vida, bem como uma comparação da produtividade de ambos os grupos em relação à produtividade encontrada na região de Júlio de Castilhos, onde está instalado o assentamento.

No final, serão levantadas algumas notas conclusivas sobre a experiência de ambos os grupos do assentamento, além de uma análise geral dos resultados do conjunto do trabalho.

1 - A origem da pequena produção agrícola no RS

Somente com a vinda dos imigrantes europeus para o Brasil, em meados do século XIX, que a pequena produção agrícola assume a importância que tanto caracterizaria este tipo de atividade no Rio Grande do Sul. Antes disso, prevalecia nas terras gaúchas, desde o domínio português pelos jesuítas, a cultura da pecuária em larga escala, que veio formar o que se convencionou chamar de capitalismo pastoril.

A importância da criação de gado na economia gaúcha cresce, em decorrência da introdução das charqueadas, tornando o charque um produto de exportação para outros estados como São Paulo e Rio de Janeiro, que o utilizavam como insumo básico na alimentação dos escravos.

Com o desenvolvimento da pecuária, há uma concentração acentuada da propriedade fundiária, sendo que, em poucos anos de ocupação portuguesa no estado, a terra própria para a criação de gado (região da campanha), já estava sendo amplamente utilizada, restando em situação de completo abandono a região serrana, imprópria para a criação de gado, e que por questões muito mais de ordem política, passam a despertar o interesse governamental pela sua utilização.

"De modo geral pode-se afirmar que, na época da independência do Brasil (1822), a área de campo do Rio Grande do Sul estava ocupada. Restava povoar a área da mata, que até então era considerada sem valor uma vez que não se prestava para a criação de gado, a principal atividade e praticamente a que dava prestígio e poder". (Brum, 1986, p.26)

Tanto a inexploração da zona serrana, como a alta concentração fundiária da região da campanha, tornaram-se motivo de grande preocupação ao governo da época. No caso da propriedade latifundiária, começaram a aparecer vários vazios inexplorados entre os grandes latifúndios, o que abriu espaço ao surgimento de posseiros que, ao utilizarem terras antes deixadas ao abandono, passam a representar, até certo ponto, uma ameaça à propriedade latifundiária. Diante deste quadro, e considerando a extensão de terra que se encontra inexplorada na região serrana e litorânea, é que a idéia da colonização destas regiões toma impulso.

A vinda de imigrantes europeus ao Brasil tinha um duplo sentido: no sul, a colonização, e no sudeste, a utilização como mão-de-obra assalariada como afirma Prado Júnior:

"A corrente demográfica que ora nos interessa será constituída de trabalhadores braçais de origem européia, cujo afluxo e fixação no país serão provocados e estimulados por uma política oficial e deliberada de povoamento, ou pela iniciativa privada de particulares interessados na obtenção de mão-de-obra".

(Prado Júnior, 1984, p.183)

A imigração de trabalhadores europeus era feita por iniciativa particular, e destinava-se a ocupar o lugar da mão-de-obra escrava, em especial nas lavouras de café. Quanto à colonização, esta sim, para Prado Júnior, visava a ocupar territórios inexplorados, em especial no sul do país.

Com a necessidade de contratar mão-de-obra no exterior, somado aos vazios demográficos no sul do país, pode-se acrescentar o interesse da Inglaterra na abolição da escravidão no Brasil, forçando assim o surgimento de uma mão-de-obra assalariada, que consumisse os seus produtos de exportação, fato que não ocorria com a utilização em grande escala da mão-de-obra escrava.

A vinda dos imigrantes se deveu, também, à situação de miséria de grande parte dos trabalhadores europeus, que com o processo de industrialização, foram compor o exército industrial de reserva, a partir do fim do feudalismo em países como a Alemanha, deixando o camponês europeu numa situação de extrema dificuldade, pois é obrigado, em alguns casos, a abrir mão de 1/3 das terras que ocupava junto ao antigo senhor, para então tornar-se proprietário de uma ínfima porção de terra, que era só o que lhe restava com o processo de desenvolvimento capitalista na Europa.

"...para viver, terá de se empregar como trabalhador agrícola ao serviço do senhor, ou arrendar terras suplementares. (Por outro lado) seus filhos, cujas propriedades atingem a condição de minifúndio". (Lando e Barros, 1992, p. 13)

Desta maneira, não se vislumbrava outra alternativa a estes camponeses que não fosse imigrar para outros países, para fugir de seu estado de miséria.

A utilização do imigrante europeu em detrimento de outros povos, e mesmo de outras regiões do país como o nordeste, explica-se por um nítido componente racista cultivado pela elite local da época. A crença na superioridade da raça ariana (os primeiros imigrantes eram alemães), levava à suposição de um melhor aproveitamento da terra a eles fornecida, além de realizar o esperado "branqueamento" da região sul do Brasil, povoada por um grande número de mestiços, indígenas e negros.

Os primeiros imigrantes europeus trazidos para o processo de colonização vinham da Áustria e principalmente da Alemanha, chegando no Brasil no ano de 1824. A imigração italiana só teria início muitos anos depois, em 1875, sendo estes trazidos em um número bem maior que os de origem alemã.

A colonização alemã veio ocupar os vales dos rios da depressão central, enquanto a encosta inferior da serra geral viria a ser colonizada pelos italianos, originando o desenvolvimento no estado da pequena produção agrícola.

Cabe destacar que no sul do país o processo de criação da pequena propriedade agrícola deu-se de uma maneira diferenciada da ocorrida no resto do país. No sul, a pequena propriedade não

resultou do fraqueamento da grande produção, nem representava uma ameaça ao latifúndio. Da forma como estavam organizadas, as pequenas propriedades funcionavam como um complemento à grande produção, não competindo com estas.

"...se observa entre os estancieiros gaúchos, uma atitude favorável à vinda e instalação, em núcleos coloniais, destinados a consolidar a propriedade camponesa, de imigrantes alemães".

(Lando e Barros, 1992, p. 43)

Portanto, enquanto no resto do Brasil a pequena produção agrícola surge do conflito direto entre o latifúndio e o posseiro, ou, como diz Passos Guimarães (1989, p. 151), a pequena propriedade só surge como resultado da luta de classes entre os camponeses sem terra e a classe latifundiária, o mesmo não vale para o sul do país, onde surgem como complemento à atividade principal (criação de gado), sendo que a própria localização das colônias de imigrantes encontrava-se estrategicamente em zonas bem distantes dos latifúndios, evitando, assim, qualquer tipo de conflito entre grandes e pequenos produtores.

O tamanho dos primeiros lotes vendidos aos imigrantes, ~~ocupados~~ segundo Moure (1982, p. 110), era inicialmente de 77 ha. Já na segunda metade do século XIX passou para 48,4 ha, caindo a partir de 1889 para 25 ha. Esta diminuição paulatina da extensão de terra ocupada pelos colonos vai ser um dos fatores que irão influir no futuro para a crise da pequena produção agrícola gaúcha.

2 - A modernização da agricultura e a crise da pequena produção agrícola gaúcha

É a partir dos anos 40 que a pequena produção agrícola gaúcha começa a sofrer mais profundamente o processo de crise que a acompanha até os dias de hoje. Também neste período (e não por coincidência), começa a desenvolver-se, em especial nos anos 50, a modernização da agricultura no estado. A relação existente entre a decadência da pequena propriedade agrícola colonial e a modernização da agricultura é de fácil compreensão, e buscar-se-á neste capítulo esclarecer o que foi, o que representou e a quem serviu a chamada modernização conservadora que teve o seu auge nos governos militares do período pós-golpe militar de 1964.

A modernização da agricultura no país começa a partir da chamada "revolução verde", que tinha como objetivos aparentes, aumentar a produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de técnicas avançadas de produção agrícola, e de experiências com sementes selecionadas mais resistentes às pragas comuns da lavoura tradicional. Este aparente caráter humanitário e progressista da revolução verde esconde claros interesses econômicos dos países imperialistas como os EUA e de grupos empresariais sobre os países atrasados como o Brasil.

O auge da revolução verde no Brasil se dá após 1965, a partir das experiências consideradas de alto sucesso no México e nas

duto agrícolas, tem sido conduzidos a um processo de descapitalização, como assinala Brum:

"Esses fatores, decorrentes do modelo econômico e da política agrícola, estão colocando sérios problemas no que diz respeito à reposição de máquinas particularmente para os pequenos e médios produtores. A tendência é a eliminação de parcela deles do processo produtivo autônomo, caso não ocorra uma reversão dos modelos econômico e agrícola". (Brum, 1988, p. 84)

Esta eliminação do pequeno produtor de que fala Brum, é amplificada a partir do crescente processo de concentração fundiária, ocorrido no estado com a modernização agrícola, que como já foi visto, valorizou a terra, excluindo os pequenos proprietários de adquirirem novas terras em substituição à desgastada que possuem, e, em consequência, deixando como herança à numerosa prole, um pedaço de terra cada vez menor, o que faz com que os filhos vivam em um estado de miséria ainda maior que no tempo dos pais.

3 - A situação do pequeno produtor rural no Rio Grande do Sul

foi distribuído nos capitulos a (1) e (2)
Como ~~foi observado anteriormente~~, a estrutura fundiária do RS, historicamente, tem uma formação bastante heterogênea. *na* região da campanha, terras destinadas à pecuária extensiva, extensos latifúndios, enquanto na região serrana a predominância é de pequenos lotes de terra, ocupados por colonos de origem européia. Mais recentemente, veio somar-se a estas duas regiões uma terceira, na qual passa a haver predomínio das empresas agrícolas.

Através da observação da tabela a seguir, retirada do último Censo Agropecuário do IBGE, podemos verificar o considerável aumento do número de estabelecimentos no estado, por famílias que não possuem a propriedade sobre a terra em que trabalham. De 56.069 estabelecimentos ocupados por não proprietários no ano de 1940, estes números elevam-se a 91.144 em 1960, *o que equivale a* 62,55%. Já em 1985, este número chegou a 122.116 estabelecimentos ocupados por não proprietários, o que *representa um* ~~representa~~ elevação, em relação a 1960, de 33,98%.

TABELA 1 - Confronto dos Resultados dos Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985, segundo a Condição do Responsável

Condição do Responsável	Estabelecimentos						
	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985
Proprietário....	174.653	229.138	287.057	366.864	363.658	361.520	375.056
Arrendatário....	26.699	16.816	46.898	85.790	63.837	70.059	70.965
Ocupante.....	15.352	34.349	40.157	44.375	36.296	33.096	38.814
Administrador...	12.831	7.233	6.889	15.334	7.831	10.611	12.337
S/ Declaração...	1.187	3	-	-	-	-	-

Fonte: Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul- IBGE, 1985.

Pelos dados da FETAG (Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul), em 1940, o número de estabelecimentos com menos de 50 ha era de 117.911, ocupando uma área equivalente a 17,40%. No ano de 1984, o número de estabelecimentos com menos de 50 ha havia aumentado para 408.829 (mais que triplicaram), enquanto o percentual da área ocupada era de 25,05% (aumentando em apenas 7,65%).

Podemos constatar uma diminuição acentuada na área ocupada pelos pequenos produtores, confirmados pelos dados fornecidos pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária), o qual afirma que o minifúndio gaúcho, em 1967, possuía uma área média de 14,2 ha. Já em 1984, a área média havia diminuído para 10,63 ha.

O resultado da diminuição da área média ocupada pela pequena produção familiar dá-se no esgotamento dos solos, que, aliada à baixa capacidade técnica e descaso do governo, conduz a uma dimi-

nuição da produtividade e a um acentuado estado de decadência.

A estes pequenos produtores parece não haver outra alternativa que não seja servirem de mão-de-obra assalariada, tanto nas estâncias dos latifundiários, nas empresas agrícolas, nos centros urbanos, ou ainda na migração para outros estados, com o objetivo de se tornarem novamente colonos (medida incentivada pelos governos militares).

Para Küchemann, apesar das precárias condições de vida, muitos insistem em permanecer em seus minifúndios:

"Na medida em que esta força de trabalho permanece atada a essas pequenas unidades de produção agropecuária, forma-se um verdadeiro "depósito de força de trabalho" ou um verdadeiro "exército de desocupados", cuja renda mensal está aquém do salário vigente e cujas condições de vida tendem a igualar-se as do caboclo". (Küchemann, 1980, p. 132)

Para tornarem-se assalariados agrícolas, estes pequenos produtores encontram muitas dificuldades, pois tanto a pecuária extensiva, quanto as empresas rurais, são estabelecimentos caracteristicamente poupadores de mão-de-obra, o que conduz a que uma pequena parcela do "exército de despossuídos" do meio rural seja absorvida como força de trabalho assalariada.

Outra alternativa, buscada pelos pequenos produtores, é deslocarem-se para os centros urbanos, tentando ingressar na área de serviços, comércio e indústria, desta maneira, aumentando o con-

tingente de favelados e desempregados, facilmente encontráveis nas principais cidades do estado. De acordo com os dados da FETAG, podemos verificar que de 1960 a 1970, migraram do campo para as cidades no estado, 730.000 pessoas. De 1970 a 1980, este número elevou-se para 1.366.959.

Segundo Tambara (1985, p. 75), somente no município de Porto Alegre, 25% da população, ou seja, quase 300.000 pessoas, vivem em estado de extrema miséria. Dados como este ajudam a referendar outros, como uma série de reportagens feitas recentemente pelo jornal Zero Hora de Porto Alegre, em que descobriu-se que a maioria das prostitutas encontradas nas principais cidades do estado são advindas das regiões em que predomina a pequena produção agrícola, em especial da zona colonial.

Outro fato que chamou bastante a atenção dos meios de comunicação recentemente, foi a reação de algumas prefeituras de cidades mais ricas do estado, que, com o total apoio das burguesias locais, organizaram grupos de jagunços com ordem de impedir a entrada de desempregados nas cidades. Situações como estas, além de serem uma afronta ao direito de ir e vir do cidadão, são também uma maneira de acabar com a miséria simplesmente extirpando do convívio social os miseráveis, mexendo na aparência e não na essência do fenômeno social.

A migração para fora do estado foi outra alternativa tomada pelos pequenos agricultores, com um grande contingente de despos-

suídos do campo, deixando sua região e suas terras (os que ainda não haviam perdido), e procurando colonizar terras vizinhas em Santa Catarina, Paraná, e até terras mais distantes como Mato Grosso do Sul, Goiás, Rondônia e Paraguai. Muitos destes colonos não se adaptaram em suas novas regiões, e retornaram para seu local de origem, na maioria das vezes, em situação pior do que quando saíram. Na verdade, só obtiveram sucesso nesta recolonização aqueles produtores que possuíam uma melhor condição financeira, antes mesmo de saírem do estado, os que saíram do sul em estado de miséria, devido ao pouco apoio do governo, tiveram que retornar.

Dentro deste quadro de falência da pequena produção familiar gaúcha, que desde o processo de modernização agrícola vem sofrendo com a concentração fundiária, é que o pequeno produtor gaúcho encontra-se em um estado de crescente pauperização e proletarização.

É importante destacar que nem todos os pequenos produtores foram conduzidos a esta situação, o que geralmente conduz à interpretações equivocadas a respeito da real condição da totalidade destes. A existência de uma heterogeneidade entre os pequenos produtores gaúchos ocorre devido à presença dos chamados produtores integrados às empresas agroindustriais.

Segundo Coradini (1985, p. 139), existem determinadas estratégias praticadas pelas agroindústrias que conduzem à absorção ou não dos pequenos produtores pelo setor, sendo que estas estratégias selecionam aqueles que possuem melhores condições

econômico-produtivas, e menor resistência à forma de organização da produção a ser executada.

Através do processo de integração, apenas uns poucos são escolhidos para comporem o grupo de produtores subordinados às empresas agroindustriais, sendo que os subordinados sofrem um particular processo de exploração, mas a maior parte dos pequenos produtores, aqueles que não alcançam o nível produtivo exigido pelas agroindústrias, continuam num estado de plena decadência.

Para os excluídos, não basta reivindicar melhor preço para os seus produtos, mais crédito do governo, mais prazo para o pagamento dos empréstimos, bandeiras estas muitas vezes levantadas pelos latifundiários e incorporadas pelos pequenos produtores. Para estes, não resta outra alternativa (e aí ficam claras as diferenças com relação às reivindicações dos latifundiários), a não ser reivindicar aquilo que é vital para a sua sobrevivência e manutenção da sua condição de pequeno produtor e cidadão: a terra.

4 - Lutas camponesas no Brasil até 1964

Foi somente a partir do século XIX que começa a despertar uma certa consciência entre o campesinato brasileiro. Até então, o sistema escravista detinha, nos extensos latifúndios, o pleno domínio sobre os trabalhadores agrícolas pela coerção.

Com o fim da escravidão, ocorre o desenvolvimento das imigrações européias - que irão formar o contingente de pequenos produtores no sul, e de assalariados nas grandes plantações de café no sudeste - é a partir daí que surgem as primeiras manifestações de revolta entre os trabalhadores rurais pela redistribuição de terras no país, como afirma Passos Guimarães:

"Durante 388 anos, o latifúndio colonial e feudal, e seu semelhante, o sistema escravista de plantação lançaram mão dos mais variados meios ao seu alcance para impedir que as massas humanas oprimidas, que vegetavam ourelas das sesmarias ou se agregavam aos engenhos e fazendas, tivessem acesso à terra e nela fixassem em caráter permanente suas pequenas ou médias explorações". (Passos Guimarães, 1989, p. 105-8)

Tanto as lutas dos indígenas como dos escravos negros, não podem ser ignoradas, como é o caso dos guaranis liderados por Sepé Tiarajú, que resistiram à invasão portuguesa, bem como da formação dos quilombos compostos por milhares de negros fugidos da escravidão, que se organizaram de maneira comunal longe das senzalas. No

entanto, estes movimentos tinham um caráter muito mais de reivindicação de liberdade individual, e de manutenção de seu antigo modo de vida comunal, do que de movimentos surgidos de uma consciência de classe a respeito do papel histórico que as classes exploradas deveriam assumir através da reivindicação da terra.

A partir de 1850, com a chamada "lei de terras", a qual visava institucionalizar a propriedade privada, proibindo a aquisição de terras devolutas por outro título que não fosse o da compra, é que começa a entrar em decadência a antiga forma de exploração escravista e uma nova relação produtiva no campo começa a ser gestada, com a introdução da pequena propriedade camponesa e do trabalho assalariado, e, em decorrência, do surgimento de conflitos no campo.

4.1 - Os movimentos messiânicos

Os primeiros conflitos de camponeses contra os donos de terra assumem um caráter messiânico, com um uma forte conotação de fundo religioso.

Entre os principais movimentos camponeses de caráter messiânico, podemos destacar o conflito de canudos na Bahia, tanto pela importância como pelo número de mortos. Neste conflito ocorrido no final do século passado, destaca-se a figura de Antônio Conselheiro, misto de defensor dos explorados e guia espiritual para centenas de camponeses pobres que o seguiam.

O objetivo fundamental dos camponeses, liderados por Antônio Conselheiro, era estabelecer um foco de resistência contra os latifundiários. Conselheiro criou uma cidade em que a população era formada por mais de 30 mil camponeses, em que vigorava a propriedade coletiva da terra, das pastagens, das plantações e dos rebanhos.

"Todos os moradores trabalhavam, homens e mulheres. Criavam gado, cabritos, ovelhas, porcos e aves. Cultivavam mandioca, milho, feijão, batata, enfim, o necessário para a manutenção do povoado". (Gorgen, 1987, p. 14)

O nível de vida dos seguidores de Antônio Conselheiro era relativamente bom para os padrões da época, sendo que sua auto-suficiência os deixava totalmente independentes das terras dos coronéis. Fabricavam seus próprios instrumentos de trabalho, comercializavam eles mesmos seu produto excedente, e, como resultado desta independência, começam cada vez mais a atizar a ira das oligarquias, que vêem no exemplo dos seguidores de Conselheiro, uma ameaça ao seu poder político e econômico sobre a população camponesa.

O movimento de Antônio Conselheiro acabou sendo dizimado por 5.000 soldados (2/3 do exército nacional na época), como retrata a obra "Os sertões" de Euclides da Cunha. No entanto, os camponeses resistiriam quase um ano contra o aparato repressivo sustentado pelo Estado.

"Tudo foi destruído. Antônio Conselheiro foi morto. A cidade foi des-

truída. Muitos sobreviventes se suicidaram para não se entregar ao exército. Outros foram degolados, torturados. Um pequeníssimo grupo sobreviveu a este massacre que envergonha a história brasileira".

(Gorgen, 1987, p. 15)

A versão oficial do governo sobre o massacre foi de que o movimento de canudos era de cunho monarquista e anti-republicano, caracterizado pelo fanatismo dos camponeses, que segundo Perin (1988, p. 35-6) era uma forma encontrada pelo Estado para esconder a legitimidade política que estas lutas traziam imbutidas. Naquele momento pós-proclamação da república, a acusação de monarquista gerava um forte conteúdo anti-popular na população em geral.

No sul do país, entre 1872 e 1898, ocorreu um outro movimento de caráter messiânico, comandado pelos "muckers" (beatos em alemão), formado por colonizadores alemães do Rio Grande do Sul.

A chamada "revolta dos muckers" teve como principal liderança Jacobina Maurer, que dizia ser a "própria reencarnação de Cristo". Com o aumento do fanatismo dos seguidores da seita da Jacobina, as autoridades da região começam a sentir-se ameaçados com a organização dos "muckers", e com algumas pregações de Jacobina, que segundo Forman (1979, p. 294), chegava a proibir os membros da seita de freqüentar a igreja católica e protestante, também não permitia aos seguidores ingerirem bebidas alcoólicas, jogar e dançar, além disso, as crianças não poderiam freqüentar a escola.

Apesar do massacre contra os seguidores de Jacobina, efetuado pela elite local, alguns seguidores da seita continuaram sua pregação na região da cidade de Encantado, gerando novos conflitos com os fazendeiros, como foi o caso do movimento liderado pelos "monges de Pinheirinho", ocorrido em 1902.

O episódio ocorrido em Pinheirinho, no interior do município de Estrela, no Rio Grande do Sul, começa com a formação de um grupo de fanáticos religiosos conhecidos como "os monges", o que desperta um sentimento de revolta e medo nos moradores da região. Aos monges foram atribuídos uma série de crimes, e que os mesmos seriam remanescentes dos "muckers", tendo como fundamental interesse em sua organização na região, tomar as terras de todos os camponeses:

"...comentou-se com ódio que as terras dos colonos estavam ameaçadas. Que o líder da seita, um profeta tido como "santo" entre os monges-barbudos, se anunciava como dono de uma grande quantidade de terras da região. E que haveria de reconquistá-las para distribuir entre os seus seguidores".
(Pereira e Wagner, 1981, p. 70)

A onda de boatos que abateu-se na região foi obra dos comerciantes de Pinheirinho, que, desta maneira, conseguiram insuflar também os camponeses pobres contra os monges e seus seguidores. Para aumentar ainda mais o ódio, ocorrem denúncias de roubos atribuídos aos monges, que resultou numa ofensiva dos moradores da região contra os seguidores da seita. A resistência destes obrigou a intervenção da Brigada Militar na região.

Segundo Pereira e Wagner (1981, p.71), o governo estadual liberou um contingente de 100 homens, que, no entanto, não conseguiu capturar todos os membros da seita. Comenta-se que o principal líder dos monges, João Maria, foi assassinado pelos brigadistas.

Fato semelhante ao dos "monges de Pinheirinho", ocorreu em 1938, no chamado "massacre do fundão", que teve lugar no interior das cidades gaúchas de Sobradinho e Soledade.

O movimento começou com a chegada de um andarilho que dizia chamar-se João Maria (1), que passou a ensinar aos camponeses da região alguns princípios básicos sobre o cultivo de ervas, bem como dos males que a produção fumageira causa à população, quando as folhas de fumo são guardadas dentro de casa. Além destes ensinamentos, vinha a tradicional pregação religiosa, que tanto impressiona a população camponesa.

"Os vizinhos deixaram crescer as barbas e os cabelos. Andavam de pés no chão, as roupas sujas, falavam que "o dia iria chegar". A terra seria consumida pelo fogo e só ficariam ilesos os seguidores da seita".(Pereira e Wagner, 1981, p. 38)

Devido à pregação de João Maria, muitos camponeses interpretaram seus ensinamentos como sendo um aviso para deixarem de plantar fumo, e aguardar uma solução que viria de Deus. Este fato

(1) Alguns autores discuem se este João Maria, não seria o mesmo líder lido como morto no episódio dos monges de Pinheirinho. Ver Pereira e Wagner (1981, p.76)

despertou a revolta dos comerciantes que compravam o fumo dos camponeses para repassar às multinacionais do setor. Não tardou muito tempo para que os comerciantes, influenciados com a pregação anti-comunista do estado novo, acusassem João Maria e seus seguidores de agentes comunistas.

"Corria a crença de que os barbudos esperavam o dia do juízo final para ficar com tudo aqui na terra, com as bodegas, as propriedades dos que não escapassem do fogo. Isso é, que eles acusavam de comunismo".
(Pereira e Wagner, 1981, p. 38)

Foi com ordens de atirar para matar que os soldados da Brigada Militar abriram fogo contra a capela de Santa Catarina (a santa adorada pelos monges), onde estes estavam abrigados. Após algumas mortes, houve a rendição de mais de 100 devotos, os mesmos foram presos e torturados, acabando assim de forma trágica, mais um conflito entre camponeses e as tropas do governo do estado.

Um outro movimento de caráter messiânico, ocorrido no sul do país, foi a chamada "guerra do contestado", a qual ocorreu no oeste dos estados do Paraná e Santa Catarina. Teve início em 1910, quando um grupo de camponeses, liderados por um monge, também chamado de João Maria (1), resistiram armados à desapropriação das terras camponesas por uma empresa construtora de estradas de ferro.

(1) Não conhecemos registros que afirmem este João Maria ter alguma relação com o homônimo da revolta dos muckers ou dos monges de Pinheirinho.

"Em troca do trabalho de construção, o governo entregou à companhia 9 km de terra de cada lado da estrada. Mas na região viviam posseiros caboclos que de uma hora para outra ficaram sem terra". (Gorgen, 1987, p. 15)

A partir da resistência dos camponeses que contou com o apoio dos trabalhadores da empresa de estradas de ferro, que se uniram aos revoltosos ao término da obra, ocorre uma reação violenta da Polícia Militar do Paraná, com acusações aos camponeses semelhantes aos de outros movimentos de caráter messiânico: fanatismo religioso e idéias monarquistas.

Segundo Forman (1979, p. 28), para desmantelar a revolta do contestado, foi necessário um contingente de mais de mil jagunços, a mando dos fazendeiros da região, bem como metade da guarnição da Polícia Militar do Paraná, para derrotar depois de muita resistência, mais de 20.000 camponeses.

4.2 - Os movimentos de caráter político

Se as revoltas camponesas, ocorridas no final do século passado e início deste, tinham caráter messiânico, a partir do final da ditadura Vargas em 1945, assumem um caráter muito mais político, com uma visão classista mais clara. Para tanto, a esquerda, na figura do PCB (Partido Comunista Brasileiro), assume um papel fundamental na condução da luta pela reforma agrária, através da organização da classe camponesa.

O PCB, desde os anos 20 até pelo menos o VI congresso realizado em 1967, defendia que o processo revolucionário no Brasil passaria necessariamente pelo fim do atraso no campo, através da destruição dos resquícios feudais existentes, e pelo rompimento com o imperialismo. A extinção dos laços feudais só se daria a partir de uma reforma agrária redistribuidora de terras, que conduziria, não só ao desenvolvimento da produção agrícola, como também da indústria, pois o fim do monopólio da terra levaria a uma expansão do mercado interno de produtos industrializados, devido ao aumento da renda da classe camponesa.

Dentro da sua análise da realidade brasileira, o V congresso do PCB, realizado em 1960, definia o caráter da revolução brasileira como sendo anti-imperialista e anti-feudal, nacional e democrática.(1)

A partir da necessidade de efetivar a reforma agrária no campo e construir a aliança operário-camponesa, o PCB passa a organizar as chamadas "ligas camponesas" no nordeste do país, a partir da segunda metade da década de 40.

A formação das ligas camponesas foi a forma jurídica encontrada para a organização dos camponeses, já que a constituição de sindicatos rurais sofria dificuldades de ordem política e burocrática:

(1) Para um estudo sobre a política do PCB neste período, consultar documentos do Partido Comunista Brasileiro, 1976, edições Avante.

"Apesar de constituídas e registradas como associações civis, a maior parte delas tentou se transformar em sindicatos, esbarrando, porém na resistência dos grandes proprietários e na negativa do ministério do trabalho". (Azevedo, 1982, p. 56-7)

A partir da ilegalidade do PCB no governo Gaspar Dutra em 1947, as ligas camponesas desaparecem com seus membros e dirigentes, sofrendo sérias perseguições. As ligas só ressurgiriam em meados dos anos 50, a partir da criação da "Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco" (SAPPP), em 1954, no interior de Pernambuco. Nesta segunda fase das ligas camponesas, a liderança do movimento é dividida entre o PCB e o PSB (Partido Socialista Brasileiro) de Francisco Julião.

Segundo Azevedo (1982, p. 81), as primeiras formas de luta que as ligas camponesas apresentam, dão-se fundamentalmente no plano jurídico, através da busca de resolver litígios entre os camponeses e os fazendeiros. É somente a partir da década de 50 e do início de 60, que as ligas assumem uma postura política mais precisa em busca da reforma agrária radical.

Para Azevedo (1982, p. 86) o marco da mudança de rumo que as ligas tomariam dá-se a partir da desapropriação do engenho galiléia em Pernambuco, fato que trouxe maior notoriedade para as ligas, não só em Pernambuco, mas também para outros estados nordestinos, até 1964, ano do golpe militar que acabou definitivamente com as ligas camponesas.

Além das ligas camponesas, um outro movimento importante ocorrido nos anos 50 foi a chamada "revolta camponesa de Formoso e Trombas", que teve como cenário o norte do estado de Goiás (atual estado de Tocantins).

Os conflitos iniciam-se em 1950, quando um grupo de fazendeiros passa a exigir dos posseiros da região que estes assinassem o pagamento de arrendamento das terras que os mesmos ocupavam. Mesmo sendo uma prática ilegal, estes posseiros, já há algum tempo pagavam arrendamento aos fazendeiros da região, por terras que eram devolutas. Diante da exigência dos fazendeiros em obrigar os camponeses a assinar o contrato de arrendamento, os posseiros percebem o interesse por trás da atitude daqueles, a legalização das terras pelos latifundiários da região, e resolvem resistir:

"O grupo de fazendeiros liderados por João dos Santos Soares pretendia a legalização das terras devolutas para vendê-las sob a forma de grandes fazendas... Segundo os camponeses, este grupo pretendia utilizá-los como arrendatários ou assalariados nas novas fazendas que queriam formar." (Carnelero, 1988, p. 100)

Os fazendeiros, com o apoio da máquina estatal, passam a reprimir os camponeses, que só conseguem reagir à ação daqueles de forma mais eficaz, com a organização do PCB no local em 1954. Através de um processo de discussão com os camponeses da região, o partido consegue levantar o nível de politização do campesinato e fundar a "Associação dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas de Formoso e Trombas".

Segundo o depoimento de um camponês, citado por Carneiro (1988, p. 133), através da associação, os camponeses criam um verdadeiro "espírito comunitário" entre eles. Este espírito comunitário se manifesta, não só através da luta conjunta que travam contra o Estado e o latifúndio, mas, também, através da organização de mutirões, na tentativa eficaz de viabilizar a produção agrícola.

A organização camponesa em Formoso e Trombas, na opinião de Perin (1988, p. 42), chegou a formar um verdadeiro território livre e sujeito às normas elaboradas por um governo popular. O golpe militar de 1964 cancelaria as conquistas dos camponeses, com a perseguição e prisão de toda a organização existente na região.

O principal movimento de pequenos produtores agrícolas, surgido no sul do país no período anterior a 1964, foi o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul). O MASTER, apesar de muitas lideranças do atual MST (Movimento dos Agricultores Sem Terra), desprezarem o seu trabalho, foi um verdadeiro embrião das atuais lutas camponesas que ocorrem no Rio Grande do Sul ainda hoje.

A história do MST começa exatamente onde a história do MASTER termina. Talvez, devido à diferença das tendências políticas que lideram hoje o MST (Igreja Católica e PT), em relação às que compunham o MASTER (PCB e PTB), haja de parte de alguns líderes do

MST uma tendência a atribuir a todos os movimentos camponeses surgidos antes dele, um caráter partidarizado e elitista.(1)

O MASTER surge em 1960, a partir de uma ação judicial ganha por um fazendeiro no interior do município de Encruzilhada do Sul, no RS, em que deveriam ser desalojados 600 pequenos produtores rurais, das terras que há anos lhes davam o sustento. Diante disto, a esquerda do antigo PTB e o PCB, começam a articular um movimento de resistência em todo o estado que se opusesse à pressão exercida pelos fazendeiros contra a reforma agrária.

Segundo Wagner (1989, p. 22), citando um trabalho de Eckert, podemos dividir a vida do MASTER em três etapas distintas: a primeira fase vai de 1959 a 1962, quando os camponeses conseguem que o governador da época, Leonel Brizola, reconheça o MASTER como um órgão de utilidade pública; a segunda fase, entre 1962 e 1963, quando a prioridade volta-se para a montagem dos acampamentos e concentrações; a terceira fase se deu em 1964, quando o golpe militar joga na clandestinidade os líderes do movimento, que são perseguidos por todo estado.

A ação do MASTER no início dos anos 60 foi intensa. Segundo Wagner (1989, p. 22-3), de junho de 1960 a março de 1964, foram organizados 35 acampamentos em terras públicas e privadas, e 20 mobilizações pela reforma agrária, movimentando mais de 100.000

(1) Sobre esta opinião, ver um dos maiores expoentes intelectuais do MST, Frei Sérgio Gorgen em "Os Cristãos e a Questão da Terra", editora FDT, 1967, e "Caderno de Formação do MST- Reforma Agrária com os Pés no Chão", 1986.

sem terra, o que representava um número bastante expressivo para a época.

O MASTER não era o único movimento de organização de pequenos produtores, existente no estado na época. Em 1961, foi criada a "Frente Agrária Gaúcha", ligada à igreja católica e posicionada à direita do MASTER.

Ao contrário do discurso dos simpatizantes do governo de Brizola no estado, muito pouco foi realizado em favor da reforma agrária pelo governo Brizola na época. De todos os acampamentos realizados, poucos resultaram em assentamentos, com exceção da fazenda Sarandi em Ronda Alta e do banhado do colégio em Camaquã.

Para Gorgen, estes dois assentamentos só obtiveram sucesso, devido à intensa pressão exercida sobre o governo estadual:

"No caso da fazenda Sarandi e do Banhado do Colégio, o negócio foi diferente: o pessoal resolveu trancar o pé e não ir atrás da conversa do Brizola, que na época era governador. Queriam a terra ou não saiam. Aí o Brizola ficou entre a faca e a parede, e desapropriou as duas áreas". (Gorgen, 1987, p. 18)

Se com o governo Brizola a reforma agrária andava a passos lentos, a partir do governo Ildo Meneghetti, vira caso de polícia. Passa a haver uma perseguição ao MASTER, com a utilização da Brigada Militar para destruir os acampamentos, sendo que um destes acampamentos, o do Passo Felo em Nonoai, em que 5000 agricultores

reivindicavam terra, um dos principais líderes do MASTER, conhecido por João Sem Terra, foi preso pelos soldados da Brigada Militar, desaparecendo pouco depois de ser libertado, sendo que sua família até hoje não sabe de seu paradeiro.(1)

A repressão ao MASTER começara antes mesmo do golpe de 1964, mas o movimento militar terminaria de vez com o MASTER, e com toda a organização de luta pela reforma agrária no Brasil, por pelo menos 15 longos anos.

(1) João Sem Terra tornou-se quase uma lenda para os agricultores sem terra do RS, existindo inclusive uma música feita por Antônio Gringo e Paulo Cardó que fala deste agricultor desaparecido, muito executada nos acampamentos de agricultores sem terra.

5 - O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra

5.1 - Os projetos de colonização

Com o golpe militar de 1964, a organização camponesa existente no país é conduzida a um verdadeiro marasmo, estendendo-se este estado até o final dos anos 70.

Com a crescente concentração fundiária e o descaso do governo com a miséria no campo, acelera-se o processo de êxodo rural, aumentando o contingente de desempregados nos grandes centros urbanos, conduzindo, inclusive, a uma queda do salário dos trabalhadores da cidade.

Somado ao descaso com a reforma agrária, incentivam-se, segundo Gehlen (1985, p. 151), medidas de controle social, com a criação de sindicatos de trabalhadores que reproduzem a ideologia oficial, com o desenvolvimento do cooperativismo de produtores rurais, que beneficia principalmente os grandes produtores, além da propagação da ideologia do anti-comunismo, fazendo os agricultores acreditarem que qualquer proposta de alteração da estrutura fundiária, ou de atendimento de reivindicações sociais, que não partisse do governo, levaria os pequenos agricultores ao anti-patriotismo e os deixaria à mercê do comunismo.

Em substituição ao movimento organizado dos agricultores, o governo passa, através do chamado estatuto da terra (lei nº 4.504, de 30.11.64), a promover a colonização em regiões menos habitadas do país como a Amazônia, Mato Grosso e Pará.

Para o governo da época, a política de colonização apresentava um duplo sentido: além de visar a ocupação de todo território nacional, minimizaria também a problemática agrária, que, principalmente, a partir dos anos 50, era apontada como um dos principais entraves ao crescimento econômico do país. Isto dito por quase todos os defensores das teses desenvolvimentistas, tão em voga nos anos 50-60.

Para Tavares (1985, p. 169), os dados oficiais do INCRA revelam que de 1942 a 1978, foram assentadas 43.973 famílias em projetos oficiais de colonização, e, somente no período de 1968, a 1978, foram inseridas 12.965 famílias em projetos de colonização particular.

Ainda segundo Tavares (1985, p. 169), referindo-se à transferência específica de agricultores do sul do país ao centro-oeste e norte, pelo governo militar, o primeiro projeto de colonização oficial foi realizado em Altamira, no Pará, em 1970. Este contava com um grupo de agricultores oriundos do município de Tenente Portela, no Rio Grande do Sul, que veio juntar-se a um grande contingente de nordestinos, também enviados à Altamira.

O segundo projeto de colonização foi o de Canarana, este de iniciativa particular, realizado em 1975, em Barra do Garças, no estado do Mato Grosso. Três anos depois, é implantado o projeto Terranova, também de iniciativa particular, situado às margens da rodovia Cuiabá-Santarém.

Além da colonização para o norte e centro-oeste do país, um grande contingente de agricultores foi buscar terras no Paraguai, através de acordos firmados com os governos paraguaio e brasileiro, no final dos anos 50, intensificando-se a colonização nos anos 60 e 70.

Segundo Wagner (1990, p. 13), o governo brasileiro estima que existam 350 mil agricultores brasileiros, vivendo em terras paraguaias, dos quais 33% são gaúchos. Estes dados representam 10% do total da população do Paraguai.

O destino dos colonos, enviados ao Mato Grosso e ao norte do país, foi trágico. As propostas feitas pelo governo federal e pelas empresas colonizadoras eram extremamente favoráveis aos agricultores, que, cansados da miséria em que viviam em seus minifúndios, ou expulsos das reservas indígenas, ficavam fascinados com a perspectiva de comprarem terras de até 200 ha no norte do país, com facilidades de pagamento, crédito facilitado, entre outras promessas.

Tavares (1985, p. 176-8), analisando o projeto Terranova, diz que as condições de instalação dos colonos caracterizaram-se pela precariedade. As terras nunca foram adequadamente demarcadas, nem o desmatamento concluído, as casas não passavam de barracos, não havia redes de energia elétrica nem água potável, os alimentos prometidos eram insuficientes, as condições de saúde eram péssimas, as comunicações eram difíceis, a comercialização era feita via atravessadores, e a assistência técnica feita pela EMATER era precária.

A miséria em que os agricultores gaúchos viviam no sul, não era nem próxima da que tiveram que enfrentar no Mato Grosso. As grandes extensões de terra prometidas, nunca existiram, e mesmo que existissem, não resolveria o problema da qualidade da terra e do clima, extremamente diferentes da que estavam habituados no sul.

Muitos dos sem terra existentes nos acampamentos e assentamentos do MST tem histórias surpreendentes para contar da experiência do Mato Grosso. David, um dos integrantes das 700 famílias acampadas em Encruzilhada Natalino em 1979, relata:

"Chegamos lá. Ainda me lembro, quando ele disse pra nós que a malária de lá era igual a gripe aqui no Rio Grande. Muito pelo contrário. Não constituíram nada do projeto, ficou tudo em vão. Prometeram charrete, dinheiro, burro, empréstimo. Não cumpriram nada... Em Terra Nova eu perdi uma menina, na maior agonia do mundo, nem médico tinha lá". (Mélige e Janson, 1982, p. 24)

Somadas à crescente mortandade decorrente da malária, as poucas colheitas, e à exploração dos atravessadores, ainda enfrentam o alto preço dos produtos de subsistência, vendidos pela cooperativa de colonização.

Diante deste estado de miséria e abandono a que foram submetidos, começa o processo de retorno, alguns ainda se aventuraram a tentar a sorte no garimpo no Pará, outros foram trabalhar em fazendas em condições quase escravistas. A maioria dos colonos retornou para o sul, no entanto, desiludidos com as promessas vinculadas pelos veículos de comunicação e pelo governo federal.

Voltaram para o sul sem nada, as terras que haviam adquirido, venderam para pagar suas dívidas, do pouco que possuíam antes de saírem do sul, haviam se desfeito, para "melhorar de vida no norte". Quando retornam, vão na sua maioria, alojar-se na casa de parentes, tentando recomeçar a vida como agricultores, ou mesmo tentar a sorte nos centros urbanos.

A maioria dos colonos que foi para o Paraguai também não teve destino menos trágico. A exemplo dos agricultores mandados para o Mato Grosso e Pará, o governo federal utiliza os meios de comunicação para mostrar aos agricultores que os colonos instalados no Paraguai teriam ficado ricos de um momento para o outro. A realidade, no entanto, era diferente, para os chamados "brasiguaios", sofrendo a violência da polícia paraguaia, sendo discriminados pe-

a população que os vê como intrusos⁽¹⁾, tirando a terra do campo local.

Um estudo feito pelo bispado de Foz do Iguaçu, citado por Wagner (1990, p. 18), afirma que, em cada grupo de 100 crianças de colonos, 24 morriam antes do primeiro ano de vida.

O processo de retorno destes colonos se acelera nos anos 70, aumentando nos anos 80. Entre aqueles que ficam, a propriedade rural, a exemplo do ocorrido no RS, torna-se cada vez menor, devido à repartição por herança, sendo que os agricultores não apresentam perspectivas de comprar novas terras em decorrência da ausência de capital. Sobre isto, baseado no estudo feito pelo bispado de Foz do Iguaçu, afirma Wagner:

"Entre estes 350 mil colonos brasileiros que viviam em 86 no Paraguai existiam, pelo menos, segundo cálculos dos religiosos, 60 mil sem terra. este número deverá duplicar nos próximos dez anos devido ao processo de fracionamento das pequenas propriedades".
(Wagner, 1990, p. 20)

O resultado deste estado de miséria é que 60 mil dos 350 mil agricultores gaúchos, estão dispostos a voltar para o Brasil, em sua maioria, estes colonos são filhos dos primeiros colonos que se deslocaram ao Paraguai nos anos 60, e que, agora, sem perspectivas de melhoria, retornam ao Brasil, aumentando ainda mais o contingente de agricultores sem terra no estado, que, até outubro de

(1) Uma das plataformas políticas mais utilizadas pelos políticos paraguaios, é exatamente a expulsão dos brasileiros no território paraguaio.

1989 era, segundo Nascimento Filho (1990, p. 56) de 160 mil famílias sem terra.

5.2 - O conflito sem terra X indígenas

Pode-se considerar como um divisor de águas no processo de reorganização dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul, a expulsão de 7.500 pequenos produtores da reserva indígena Cacique Nonoai(1).

Os agricultores ocupavam 10 dos 14 mil hectares de terras que, por lei, eram de propriedade dos mil indígenas da tribo caingangue.

O problema da invasão de agricultores nas terras indígenas de Nonoai começa nos anos 40, acelerando nas duas décadas seguintes:

" A primeira grande invasão - cerca de 500 famílias - aconteceria no ano de 62. Em 69, nova " intrusão " de aproximadamente 800 famílias. desta vez, porém, a Brigada Militar expulsou 400 famílias e outras 200 se transformaram em " arrendatárias " da FUNAI".

(Barcelos, 1978, p.46)

A reação indígena aos agricultores invasores se deveu a várias promessas não cumpridas pelo governo militar que em 1973, previa que até 1978 todas as terras indígenas seriam demarcadas, e

(1) Outro importante fato que originou a organização dos sem terra foi a luta de resistência contra a desapropriação de várias famílias de agricultores, para a construção da hidrelétrica no rio Passo Fundo e a construção das barragens no rio Uruguai, também desalojando milhares de famílias. Ver Gehlen (1985, p.156)

os agricultores seriam realocados em outro lugar.

Em 1978, com o não cumprimento da promessa, os indígenas passam a expulsar os invasores de suas terras travando-se até conflitos armados entre as duas partes. Ao "exército" comandado pelo cacique Niré, Barcelos referiu-se da seguinte maneira:

"Jamais existiu um exército tão frágil e pequeno como o de Niré: são 40 homens e 2 cachorros dorminhocos. As armas: porretes, facas de todos os tipos, foices, pedras, qualquer negócio. Toda a munição, 3 dúzias de flechas. E o que eles tem de mais sofisticado é uma espingarda de caça, com o cano enferrujado e o cão amarrado com borracha". (Barcelos, 1978, p. 44)

Do lado branco, a situação não era muito diferente, sendo que este conflito pode ser visto como uma verdadeira "guerra de miseráveis", em que tanto os indígenas lutando pela preservação de sua terra milenar, como os agricultores, lutando pela manutenção de sua condição de pequenos produtores agrícolas, assumem uma luta de explorados contra explorados.

O resultado é que o conflito serve para desviar a atenção do verdadeiro culpado de tudo: a falta de uma reforma agrária que tire terra dos latifundiários e especuladores e entregue terra e condições de plantio para os milhares de sem terra existentes no estado e no país.

Toda esta série de fatores: a expulsão de agricultores das reservas indígenas, a desapropriação de terras para construção de barragens e hidrelétricas, somada à crescente pauperização do pe-

queno produtor agrícola gaúcho, resulta na reorganização dos trabalhadores sem terra por aqueles produtores que se opunham à colonização fora do estado, e que se fortalece, com a volta desiludida de vários colonos vindos do Mato Grosso e do Paraguai.

A reorganização do movimento dos agricultores sem terra aparece, então, como uma reação à política de colonização defendida pelo governo militar, via estatuto da terra.

5.3 - O ressurgimento do movimento dos sem terra no estado

O acontecimento que mostrou ao governo e à sociedade que os agricultores com, pouca, ou sem nenhuma terra, estavam dispostos a tomar a iniciativa na luta pela reforma agrária, foi a ocupação em 1979 de uma gleba de 1.630 ha por 110 famílias na fazenda Sarandi, pertencente ao governo estadual, e explorada irregularmente até então, pela Madalena Carazinhense Ltda (MACALI).

A atuação prática não encerraria neste episódio, quinze dias depois, 170 famílias ocupam a gleba Brilhante de 1.433 ha, também explorada de forma irregular.

As duas glebas ocupadas fazem parte da fazenda Sarandi, que já havia sido palco de outras ocupações no passado, quando em 1961, 250 famílias acampam na fazenda, obrigando o governador de então, Leonel Brizola, a desapropriar a área com o objetivo de assentar os agricultores sem terra.

"A área fazia parte dos atuais municípios de Sarandi, Ronda Alta e Rondinha. A gleba, declarada de utilidade pública, com cerca de 21.889 ha, abrangia as propriedades remanescentes de Agropecuária Lucema S.A., Granadera Horácio Molinhos S.A. e Estância Júlio Molinhos S.A., entidade com sede em Montevidéu".

(Tambara, 1985, p. 67)

Poucas famílias, efetivamente, foram assentadas na fazenda Sarandi, uma grande extensão de terra encontrava-se arrendada para grupos privados, como é o caso das glebas Brilhante e Macali e Annoni (posteriormente também ocupada pelos sem terra).

A ocupação da fazenda Sarandi em 1979, deste modo, não foi uma atitude de "desrespeito ao direito sagrado de propriedade" como acusam alguns, mas sim uma maneira de acelerar um processo que se estendia, há já alguns anos, sem que o governo apresentasse solução.

A vida nos acampamentos era difícil, o sem terra Pinheiro, acampado na granja Macali e, depois, em Encruzilhada Natalino, é um testemunho vivo do sofrimento dos acampados:

"Na invasão da Granja Brilhante a luta foi difícil, e é verdade que até hoje não está sendo brinquedo. Teve gente que passou dois dias deitado por não ter o que comer. Volta e meia chegava uma comitiva de fora e dizia: "olha vocês tem que se arrancar daqui, nós vamos até ali a ponta do acampamento, e se na volta vocês ainda estiverem aí, nós vamos mandar baixar o exército. Mas o pessoal da invasão continuava firme". (Méliga e Janson, 1982, p. 18)

A resistência dos acampados na fazenda Sarandi acabou ocasionando uma nova ocupação em 1981, com muito mais repercussão na imprensa e na opinião pública, a de Encruzilhada Natalino. Esta ocupação deu-se na cidade de Natalino, e contou com inicialmente 300 famílias de sem terra, sendo que 3 meses depois, já eram 600 famílias. A presença da Brigada Militar no cerco do acampamento foi permanente, inclusive com a infiltração de espiões no meio dos acampados para melhor acompanhar os passos do movimento que passa a ser cada vez mais organizado, e de suas lideranças.

A resistência no acampamento de Encruzilhada Natalino, durou cerca de 3 anos, sendo que segundo Martins, além da Brigada Militar, outras forças de repressão somaram-se na tentativa de esvaziar o movimento:

"...Houve intervenção do exército, que coordenou um cerco, mobilizando também a polícia federal e a polícia rodoviária federal e a polícia militar do Rio Grande do Sul, para intimidar e forçar os trabalhadores a aceitarem empregos como assalariados nas estações experimentais do governo ou a aceitarem transferência para o Mato Grosso ou a Bahia, em projetos de colonização oficial". (Martins, 1984, p. 101)

A pressão do governo aumenta com a chegada do famoso cel. Curlió em abril de 1981, um dos responsáveis pela repressão à guerrilha do Araguaia no início dos anos 70, e que vinha ao acampamento com a intenção de intimidar os acampados a se retirarem e aceitarem a proposta "irrecusável" de ir como colonos para o estado do Mato Grosso.

O acampamento é cercado e tomado pela polícia, disto resulta que 200 famílias aceitam a proposta do governo para irem para o Mato Grosso, este foi o fim do acampamento de Encruzilhada Natalino. A incerteza em relação à continuidade do movimento em condições precárias, com o cerco da polícia, com a falta de uma estrutura maior de resistência, faz com que muitos desistam da luta.

Segundo Wagner (1989, p. 65), em 10 de março de 1982, das 600 famílias acampadas em Encruzilhada Natalino, resistiam apenas 162, sendo que 200 haviam sido transferidas para o Mato Grosso, e 228 haviam simplesmente desistido da luta pela terra.

Encruzilhada Natalino foi um marco para o futuro do movimento, a partir daí o MST passa a ser conhecido por uma parcela maior da sociedade, e começa a ocorrer uma preocupação mais efetiva com a organização dos acampamentos.

O MST parte para novas ocupações no estado, em 1984 é invadida a estação experimental de Santo Augusto, sendo logo dizimada pela violência da polícia militar gaúcha, depois, no mesmo ano, acampam na estrada da fortaleza entre Seberí e o município de Erval Seco, que resulta no assentamento Nossa Senhora Aparecida, em Tupanciretã, com 80 famílias e no assentamento de Santo Isidoro em Erval Seco com 22 famílias.

No ano de 1985, ocorre o grande acampamento de Palmeira das Missões, quando 10.000 sem terra ocupam o parque de exposições da-

queixa cidade. Neste episódio, o MST se encontra bem mais organizado e este acampamento tinha um objetivo bem definido:

"O objetivo político do Movimento Sem Terra com aquele acampamento de três dias era muito claro e nunca foi segredo: queriam arrancar do governo federal um compromisso de reassentar aquela gente toda, sem muita demora". (Wagner, 1989, p.91)

O governo federal, pressionado pela mobilização dos sem terra, promete em 30 dias assentar os agricultores acampados em Palmeira das Missões. Com a paciência esgotada depois de findado o prazo, os sem terra reagem com aquela que seria a mais importante ocupação da história dos sem terra gaúchos: a fazenda Annoni no município de Sarandi.

A ocupação da fazenda Annoni ocorre em outubro de 1985, com 6.500 agricultores sem terra, saídos de Palmeira das Missões. A discussão sobre a área vinha desde 1972, quando o governo federal a considera latifúndio improdutivo e inicia o processo de desapropriação, com a reação judicial do proprietário da fazenda, a desapropriação fica emperrada por muitos anos.

Após a ocupação, os sem terra logo passam de 6.500 para 8.000 e iniciam a lavração da área e a busca de negociações com o governo federal. Com a má vontade manifestada pelo governo em equacionar o problema da terra, os sem terra ocupam a sede do INCRA de Porto Alegre, em fevereiro de 1986, por três dias.

Desta pressão resulta, que saem de Porto Alegre, com a promessa de o governo federal desapropriar 32.000 ha de terra no próprio estado, em um prazo máximo de 30 dias. Quase três meses depois, com o não cumprimento do acordo firmado pelo governo com os sem terra, voltam a Porto Alegre e realizam uma caminhada que percorre 512 km a pé desde a fazenda Annoni em Sarandi, até a capital gaúcha num período de 28 dias.

Em Porto Alegre, os sem terra acampam em frente à sede do INCRA num acampamento que durou 4 meses, e ocupam a assembléia legislativa do estado. Diante da pressão dos sem terra, o governo Sarney desapropriia algumas fazendas, que passam a ser ocupadas pelos agricultores, mesmo não estando ainda com a posse definitiva.

Em novembro de 1986, mês de eleições, finalmente é dada a posse definitiva aos sem terra da fazenda Annoni. Esta, no entanto, era insuficiente para todas as 1.500 famílias, comportando no máximo 300. A partir daí, um grande número de ocupações passa a ser feito pelo MST, apesar da repressão da Brigada Militar, que busca impedir a saída dos sem terra da Annoni para a realização de novas ocupações.

Apesar disto, novas ocupações acabaram ocorrendo, entre estas podemos destacar, a fazenda da ramada em Júlio de Castilhos, onde hoje se localiza o assentamento de Nova Ramada.

6 - O assentamento de Nova Ramada

O assentamento de Nova Ramada localiza-se no interior do estado do Rio Grande do Sul, no município de Júlio de Castilhos no planalto médio, próximo ao centro do estado.

Júlio de Castilhos fica a 394 km de Porto Alegre, fazendo divisa com Santa Maria, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Sobradinho, Arroio do Tigre, Fortaleza dos Valos, Salto do Jacuí, Cruz Alta e Tupanciretã. A área total do município é de 3.044 km², e conta com uma população total de 30.000 habitantes.

O município sobrevive economicamente da produção agropecuária, principalmente trigo, feijão, milho, fumo e batatinha. Na pecuária há o predomínio do gado charolês, que dá à cidade o título de "capital do charolês".

Ideologicamente, pode-se dizer que Júlio de Castilhos possui uma forte tendência conservadora, sendo a UDR (União Democrática Ruralista) muito influente na região. O conservadorismo ideológico manifesta-se, principalmente, devido à importância que os agropecuaristas tem econômica e politicamente na cidade.

E é exatamente nesta região, dominada pela UDR, que está ocorrendo uma das mais avançadas experiências em assentamentos do

MST no país, o assentamento de Nova Ramada.

Os assentados de Nova Ramada têm uma longa trajetória de lutas, que começa para a grande maioria em 1985, com a ocupação da fazenda Annoni em Sarandi por 1.500 famílias de sem terra. Com a desapropriação da área pelo governo federal, a fazenda Annoni mostrou-se insuficiente para atender à necessidade dos sem terra organizados pelo MST. Isto faz com que aconteçam novas ocupações no estado, forçando o governo federal a novas desapropriações, como foi o caso da fazenda da Ramada.

O início da desapropriação da antiga fazenda da ramada inicia em 1985, sendo que os proprietários e herdeiros reagem na justiça com um processo visando a revogar o ato de desapropriação, o que felizmente para os sem terra, acaba não ocorrendo. Em fevereiro de 1989, ocorre a ocupação da fazenda da Ramada, com o objetivo de apressar o processo de assentamento, sendo que em 15 de março do mesmo ano, as 100 famílias acampadas são finalmente assentadas na área.

O assentamento de Nova Ramada situa-se a 20 km do município de Júlio de Castilhos, no distrito chamado Rincão dos Apel, e compreende uma área de terra de 2.815 ha, que vinha há muitos anos sendo sub-utilizada com a criação extensiva de gado.

Atualmente, no assentamento, residem 100 famílias, o que totaliza 420 pessoas em sua maioria de origem alemã, italiana e po-

lonesa. A média de idade é de 27 anos, sendo que a maior parte dos assentados, 95% entre os homens e 80% entre as mulheres, estiveram acampados na fazenda Annoni, e 50% dos assentados já participaram de 3 ou mais acampamentos do MST, segundo dados fornecidos pelos próprios assentados.

Também segundo dados deles próprios, a grande maioria dos assentados de Nova Ramada sempre viveram no meio rural, 78,8% dos homens e 70,7% das mulheres afirmam nunca terem residido em cidades. Entre os homens, 35,4% não havia desempenhado nenhuma função nos acampamentos anteriores, sendo que entre as mulheres, a taxa era de 79,8%. Quando da organização do assentamento, esta taxa já havia diminuído para 33,7% entre os homens e 70,29% entre as mulheres.

6.1 - O Movimento dos Sem Terra e as CPAs

Até meados de 1985, antes do I Encontro Nacional dos Assentados, na cidade de Cascavel, no Paraná, o MST não manifestava uma preocupação maior com a organização dos assentamentos, centrando sua ação na acumulação de forças para novas ocupações, o que acaba gerando problemas na própria manutenção das conquistas, tão arduamente conseguidas.

Os assentamentos mais antigos começam a demonstrar que a organização individual da pequena produção agrícola apresenta dificuldades em obter um nível de eficiência satisfatório, seja a ní-

vel de compra de máquinas e insumos, de comercialização da produção, dificuldade de obtenção e mesmo de negociação de empréstimos com os bancos, e sem falar no próprio trabalho coletivo que facilita a divisão do trabalho.

Um pequeno exemplo dos problemas enfrentados pelos assentamentos individuais pode ser encontrado num trabalho elaborado a partir da experiência de 8 assentamentos da região de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul. Estes assentamentos foram implantados entre as décadas de 70 e 80 e apresentam a organização produtiva de forma individual.

Foi constatado que alguns dos assentamentos pesquisados, apresentaram ociosidade ha/trator, provocando excessiva concentração de capital (máquina/equipamento), o que conduz a um aumento dos custos de produção. Por outro lado, em outros assentamentos foi constatada uma enorme carência de tratores devido à depreciação tornar alguns tratores existentes obsoletos para atender a demanda dos serviços necessários na produção agrícola. Isto se deve à dificuldade de adquirir tratores novos. O mesmo resultado foi observado no que concerne às colheitadeiras. (Zamberlan e Florão, 1989, p. 70)

Havendo a propriedade coletiva de tratores e colheitadeiras, pode-se facilmente diminuir a ociosidade de algumas destas máquinas (diminuindo assim seus custos de produção), e renovar o maquinário de outros, pois com os custos de aquisição de tratores e co-

lheitadeiras divididos, torna-se mais fácil adquirir novos.

Foi em cima destas questões, relacionadas à possibilidade de aumentar a eficiência da produção dos assentamentos, melhorando assim o nível de vida dos assentados, bem como reafirmar a viabilidade econômica da reforma agrária, que toma forma, no I Encontro Nacional dos Assentados, a opção por formas coletivas de organização, produção e comercialização dos assentamentos:

"Tendo em vista a fragilidade econômica e política e a falta de diretrizes para os assentamentos, constatadas nos encontros estaduais, é que em junho de 85, se realiza o I Encontro Nacional dos assentados, em Cascavel-PR, onde se criam mecanismos necessários à consolidação de um novo estilo de organização política que vincula organicamente os assentados e o MST". (Nascimento Filho, 1990, p. 61)

A partir daí, começa a tomar corpo a busca de formas coletivas de comercialização e de produção agrícolas, no intuito de garantir a sobrevivência dos assentamentos:

"...se não conseguirmos apresentar propostas e avançar na organização, os assentamentos não conseguirão resistir à dominação capitalista na agricultura". (Jornal Sem Terra, 08/90, p. 21)

Além da importância na manutenção dos assentamentos, pode-se ressaltar que a exploração coletiva da terra rompe com determinadas contradições que os assentados passam a apresentar, como buscar a união na hora de reivindicar a terra, e depois de conquistada, cada um passa a cuidar de seus interesses, como se a proprie-

dade privada individual da terra, fosse o objetivo final de todo um movimento de luta coletivo.

"...esta cooperação é política e social, seja nas práticas solidárias, como na tomada coletiva de decisões, residindo aí a principal contradição da luta pela terra: a luta coletiva objetivando conquistas individuais". (Nascimento Filho, 1990, p. 64)

Buscando superar estas deficiências, o MST passa a estimular a cooperação nos assentamentos, surgindo, desta forma, as chamadas CPAs (Cooperativa de Produção Agropecuária), organizadas em seis estados da federação (RS, SC, PR, ES, BA e CE). Para o MST, a organização das CPAs deu um novo salto em vários aspectos na formação dos assentados, tanto a nível econômico, político e ideológico:

"Organizar as cooperativas de produção agrícola, as CPAs, significa um expressivo avanço na forma de organização da produção, que supera a tradicional propriedade privada sobre os meios de produção, para uma propriedade coletiva dar melhores condições de vida e de trabalho aos trabalhadores". (Jornal Sem Terra, 11/90, p. 4)

As CPAs objetivam a tornar coletivos tanto o trabalho, as terras, as máquinas, o comércio, bem como a infra-estrutura social básica. No entanto, o MST considera que os trabalhadores devem coletivizar-se por sua própria vontade, quando tiverem consciência desta nova forma de organização produtiva, e dos resultados possíveis de serem obtidos.

No RS, as CPAs estão presentes em 4 assentamentos do MST, a COOPTIL (Cooperativa de Produção e Trabalho Integração Ltda.) no assentamento conquista da fronteira em Bagé, a COOPTAR (Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda.) no assentamento Annoni em Sarandi, a COANOL (Cooperativa Agropecuária Novo Sarandi) no assentamento do holandês em Sarandi, a COOPAGRO (Cooperativa Agropecuária) e a COOPANOR (Cooperativa de Produção Nova Ramada Ltda.) no assentamento de Nova Ramada em Júlio de Castilhos. Esta última, por ser a CPA pioneira no Brasil e por Nova Ramada ser considerado o assentamento modelo do estado, será o objeto de estudo deste trabalho.

Em janeiro de 1991, houve um novo marco na organização das CPAs no estado, com a fundação da COCERAGS (Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul). Segundo o informativo Nova Ramada (04/91, p. 4), a COCERAGS é fruto da experiência acumulada em 10 anos de luta dos trabalhadores sem terra, e tem como objetivo, formalizar toda a organização econômica dos assentamentos em cooperativas.

As funções básicas da COCERAGS são as seguintes:

- Coordenar a venda em conjunto da produção agropecuária;
- Coordenar a compra em conjunto de insumos, sementes, maquinário, etc.;
- Organizar o sistema de transporte dos produtos agropecuários;
- Desenvolver projetos agroindustriais;

- Buscar linha especial de crédito rural;
- Articular-se com diferentes fontes de crédito rural;
- Realizar convênios para garantir assistência técnica aos assentamentos das CPAs.

7 - O surgimento da COOPANOR

A partir da conquista da terra, e baseados na própria experiência de luta coletiva nas ocupações e organizações dos acampamentos, o grupo do assentamento de Nova Ramada passa a discutir uma forma de organização e comercialização da produção que fuja da organização tradicional de forma individual, encontrada nos primeiros assentamentos, nos quais seus membros, já há algum tempo, enfrentavam problemas até mesmo para se manterem na terra tão duramente conquistada.

A maioria das famílias assentadas passou, então, a discutir a coletivização da terra entre os assentados, esquecendo limites de propriedades e buscando romper com o tão comum "isto é meu" para "isto é nosso". Estava lançada a semente para a organização da COOPANOR (Cooperativa de Produção Nova Ramada).

Esta discussão, no entanto, mexe com questões muito delicadas do ponto de vista do pequeno ~~pequeno~~ produtor (ainda impregnado com a ideologia camponesa, individualista), muitos assentados desconfiam que coletivização não combina com produção agropecuária.

Como os lotes de terra foram distribuídos às famílias individualmente, aqueles que decidissem partir para a nova experiên-

cia, oficialmente, seriam proprietários de um espaço de terra, só que, na realidade, com a não existência de cercas dividindo os lotes, e plantando de forma coletiva, ninguém sabe qual espaço de terra pertence a este ou a aquele proprietário.

Os lotes foram distribuídos pelo INCRA para cada uma das 100 famílias sorteadas, na figura de um dos representantes da família. Quando o grupo passa a ser associada da COOPANOR, os 28 ha de terra que cada família possui é dividida pelo número de membros desta, todos possuindo uma fração de terra, e todos os maiores de 16 anos passam a ser sócios da COOPANOR, se assim o desejarem.

No caso dos assentados que preferiram produzir de forma individual (de acordo com os princípios do MST ninguém é obrigado a organizar-se coletivamente), tiveram a sua propriedade respeitada, permanecendo cada família com os 28 ha correspondentes aos lotes de terra concedidos pelo governo federal. Do mesmo modo, cada associado que explora a terra de forma coletiva, no momento em que deseja sair da cooperativa, recebe a fração referente aos 28 ha de propriedade da família para produzir de forma individual.

Das 100 famílias que estão assentadas em Nova Ramada, inicialmente 72 buscaram a experiência coletivista, integrando a COOPANOR. Atualmente, este número caiu para apenas 22 famílias, devido à própria dificuldade de muitos adaptarem-se à forma de produção coletiva, principalmente no que concerne à exploração da terra coletivizada, e sem haver a demarcação de onde termina sua terra e

começa a do vizinho. Esta ao menos é a razão dada pelos membros da COOPANOR para a diminuições do número de coletivizados, e confirmada pela pesquisa de campo realizada com produtores individuais e coletivizados.

O número de famílias que explora a terra de forma individual é de 60 famílias, sendo que destas, 31, apesar de não pertencerem à COOPANOR, comercializam a produção junto com a cooperativa. As demais 29 famílias, segundo dados da diretoria da COOPANOR, apesar de explorarem a terra e comercializarem a produção de forma individual, necessitam da ajuda da COOPANOR para o empréstimo/aluguel de máquinas e da compra de insumos para a agricultura.

As demais 18 famílias (das 100 que compõe o assentamento), pertenciam à COOPANOR, e, por questões de ordem interna (brigas, problemas pessoais, divergências políticas), fundaram uma outra cooperativa no assentamento, a COOPAGRO (Cooperativa Agropecuária), que tem funcionamento semelhante ao da COOPANOR (1).

Um fato decisivo na decisão de fundar a COOPANOR foi a realização do "laboratório organizacional de campo do RS", no próprio assentamento de Nova Ramada.

O laboratório teve a duração de aproximadamente 30 dias, e objetivava discutir a organização futura do assentamento, de ma-

(1) A experiência da COOPAGRO, devido a ser muito recente, não será objeto de estudo neste trabalho.

neira a discutir a viabilização de proposta de criação de uma grande empresa coletiva (2).

Para Clodomir Moraes, o laboratório experimental é um ensaio prático e real em que se busca introduzir em um grupo de pessoas a chamada "consciência organizativa":

"A consciência organizativa é introduzida no grupo social por intermédio de uma aceleração preconcebida da "práxis" de organização através da análise teórico-prática dos fenômenos quer sejam os que dão forma ou os que buscam desintegrar o "todo orgânico" programado, ou seja, a empresa". (Moraes, 1986, p. 40)

A metodologia do laboratório consiste em um constante entrelaçamento entre a prática e a teoria, sendo que a teoria passa por um processo de enriquecimento, a cada vez que é posta em prática:

"...A consciência se forma a partir de dois fenômenos integrados - o fenômeno "prático" primeiro, seguido do fenômeno "gnóstico". (Moraes, 1986, p. 43)

Desta forma, através dos próprios problemas surgidos no dia a dia, com as questões de ordem prática, é que surge a consciência da necessidade de organização da empresa, de democratização nas tomadas de decisão, e do estabelecimento de ações coletivas visando o bem estar de todos.

(2) Na realização do laboratório experimental de campo, no assentamento de Nova Rensada, teve a participação importante de Clodomir Santos de Moraes, antigo organizador das ligas camponesas no nordeste.

7.1 - O funcionamento da COOPANOR

Um aspecto importante a destacar no caso da COOPANOR, é a utilização da divisão social do trabalho. A organização é composta por 13 equipes de trabalho especializadas em determinado setor social ou de produção. Destas equipes, 5 atuam no setor social: formação, educação, divulgação e imprensa, animação/esporte/lazer, higiene/impeza/saúde. As outras 8 equipes atuam no setor produtivo: finanças, aves, gado, suínos, peixes, horta, máquinas/lavoura, reflorestamento.

A administração da COOPANOR está a cargo de um conselho executivo, formado pelo coordenador de cada equipe e, mais acima, se encontra o conselho diretor, formado por um presidente, que é responsável pelas relações jurídicas e demais atribuições referentes ao cargo; um vice-presidente, que acumula a função de coordenador geral do setor de produção, e um secretário que é responsável pela coordenação geral do setor social da COOPANOR. Acima do organograma da cooperativa está um conselho fiscal e a assembleia geral, como uma instância máxima de deliberação. O planejamento para a execução das tarefas produtivas e não produtivas é elaborado pelas comissões e aprovado nas assembleias.

Nos primeiros anos de funcionamento da COOPANOR, os sócios encarregados da administração estavam liberados da produção, recebendo, no entanto, remuneração igual à que receberiam se estivessem

ainda vinculados ao processo produtivo. Atualmente, com a diminuição do número de associados, os membros da diretoria ocupam-se também de tarefas produtivas.

As equipes de produção da COOPANOR estão sujeitas aos ciclos normais da agricultura, assim, em determinadas épocas do ano, algumas equipes necessitam mais força de trabalho, e em outras, menos. Quando ocorre o excedente de mão-de-obra, há a liberação desta, para o apoio na organização de outros assentamentos em fase de implementação.

No aspecto da saúde, a COOPANOR, além da equipe encarregada do setor de saúde produzir ervas medicinais, conta com o apoio da UNIJUÍ, com a utilização da medicina alternativa, bem como da UFSM, que contribui com uma equipe de médicos e enfermeiros que visitam o assentamento periodicamente.

O problema da educação é uma preocupação constante dos membros da COOPANOR. Depois de muita pressão junto ao governo estadual, foi inaugurada em 1992 a "Escola Estadual de Primeiro Grau Incompleto 15 de Março" no assentamento, atendendo aproximadamente 100 crianças da 1ª a 5ª séries. A doação do prédio e a contratação dos professores foi de responsabilidade do governo estadual, sendo que os professores são pessoas do próprio assentamento, formados pela FUNDEP (Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa)(1).

(1) Segundo Galderi e Schwab (1991, p.104), a FUNDEP foi criada pelos movimentos populares, com apoio da igreja católica, e um

O MST tem uma longa luta para ter em suas escolas professores preferencialmente ^A do próprio assentamento, ou pelo menos, com algum tipo de vinculação com a realidade dos assentados. Isto se deve a algumas experiências ocorridas em outros assentamentos, com professoras totalmente desvinculadas da experiência do MST, como no caso ocorrido com a fazenda Annoni:

"Mesmo a boa vontade de algumas professoras não foi suficiente para resolver o problema. Quando chovia, por exemplo, não vinha o ônibus, nada de aula. Quando havia aula, ficava difícil convencer as crianças de que aquilo que estavam aprendendo agora, tão diferente do que estudavam antes, podia ter importância e algum atrativo". (Gaidart e Schweab, 1991, p. 93)

Deste modo, os alunos da escola de Nova Ramada tem uma formação em grande parte voltada para as próprias necessidades técnicas, políticas e sociais do assentamento, mantendo sempre presente nas crianças, além da visão classista da sociedade capitalista, a discussão sobre a própria questão da cooperação agrícola. Objetivando o desenvolvimento da mentalidade coletivista, através de também ações práticas entre as crianças, discute-se a implantação de uma marcenaria, que envolva crianças e adolescentes com menos de 16 anos, em uma atividade produtiva que possibilite a produção de seus próprios brinquedos.

Em relação à moradia, cada família tem direito a uma casa de

grupo de educadores. A FUNDEC tem uma proposta de educação vinculada às necessidades e demandas, de formação de uma população regional organizada, tanto na área de educação formal, como da educação não-formal.

madeira de tamanho médio para residir, e a 1 ha de terra para produzir o que bem entender, visando ao seu auto-consumo, ou mesmo à comercialização do excedente.

Quanto à remuneração dos sócios da COOPANOR, esta é feita de duas maneiras: cada família recebe 20% da renda líquida da produção, devido a serem proprietários de um lote de terra, 1 a 20% da renda líquida destina-se a investimentos coletivos, e o restante obedece o princípio "a cada um segundo o seu trabalho", ou seja, é dividido conforme o número de horas diárias que cada sócio ocupou no trabalho produtivo.

A jornada de trabalho mínima na COOPANOR é de 8 horas diárias, com um dia de folga na semana, o que segundo os assentados, é uma carga horária até baixa, em se tratando do meio rural. Os sócios da COOPANOR têm também três dias úteis por mês para tratar de assuntos pessoais, sendo que poderá acumular para tirar no final do ano, desde que avise com certa antecedência. Além disso, todos os sócios têm direito a 15 dias de férias anuais.

Os homens com mais de 60 anos não necessitam mais trabalhar, o mesmo valendo para as mulheres com mais de 55 anos, ambos têm a sobrevivência assegurada pela COOPANOR, recebendo a parcela referente aos 20% da produção como renda da terra.

O trabalho da mulher, devido à tradicional dupla jornada de trabalho, tem uma carga horária menor do que a do homem, equivalendo a meio turno de trabalho. A remuneração paga pela hora de trabalho das mulheres, tem o mesmo valor da hora de trabalho paga aos homens.

Além dos produtos que cada família retira de sua horta individual (referente a seu 1 ha de terra), a COOPANOR fornece, mensalmente, a cada família de sócios, uma cesta básica com produtos de subsistência como feijão, arroz, carne, leite, mandioca, farinha, batata e verduras, entre outros, que segundo os associados é mais do que suficiente para a subsistência das famílias.

Uma grande conquista conseguida no final de 1991, foi a instalação da rede de energia elétrica para as duas cooperativas do assentamento, e seus associados, o que trouxe uma melhoria qualitativa no bem estar dos sócios da COOPANOR, e também aos da COOPAGRO.

7.2 - A produção

O assentamento de Nova Ramada foi considerado, já a partir do primeiro ano de existência, o assentamento modelo do estado, devido à diversificação da produção e à alta produtividade atingida.

A COOPANOR tem como produtos principais, o soja, milho, feijão, trigo, girassol, além dos produtos da horta comunitária: cebola, alho, beterraba, cenoura, repolho e mandioca. A quantidade total de área cultivada pela COOPANOR é de 1.200 ha. Devido à COOPANOR não possuir local apropriado para guardar sementes e grãos, utiliza-se do serviço de terceiros em cooperativas de Júlio de Castilhos.

Segundo dados dos cooperativados, a COOPANOR possui, aproximadamente, 150 cabeças de gado bovino e 200 suínos, sendo que 20% do leite produzido é destinado ao consumo interno, e 80% vai para a comercialização. A COOPANOR recentemente passou a criar além do gado comum, também gado da raça holandesa, contando atualmente com 65 cabeças.

Também segundo dados fornecidos pela COOPANOR, a cooperativa está relativamente bem aparelhada em relação aos implementos agrícolas: 2 tratores Massey-Ferguson; 2 tratores Ford; 3 grades niveladoras; 2 plantadeiras para trigo, milho e soja; 2 gobbli-18 discos; um Jumbo-9 ferros; um pé-de-pato arrastão; um sub-solador-9 ferros; uma carreta agrícola; uma kombi; uma Ford 4.000; uma ordenhadeira mecânica e um resfriador de leite. Sendo que estes dados ~~aproximados~~ são atualmente devidos à nova aquisição.

Devido ao assentamento contar com 10 açudes, alguns necessitando reparos e limpeza para utilização total, a produção da equipe responsável pela piscicultura está aumentando a passos lentos,

sendo que a capacidade total dos açudes não está sendo utilizada. A produção anual está sendo de 9.000 kg de peixes, sendo que a perspectiva para os próximos anos, segundo o responsável pelo setor de piscicultura, é de chegar a 30.000 kg anuais, através do desenvolvimento de técnicas mais modernas de produção.

Uma grande preocupação da COOPANOR é com a manutenção do manejo agroecológico do solo, buscando evitar a erosão do terreno. Tem-se como meta plantar 15 mil mudas de eucalipto, 5 mil mudas de árvores nativas, 8 mil mudas de árvores ornamentais, 5 mil mudas de erva mate, e 2.700 mudas de árvores frutíferas. É importante ressaltar que na área da antiga fazenda da Ramada não havia matas, e a decisão de reflorestar a área nasce, não só de uma consciência ecológica, como de uma necessidade vital dos assentados.

Os sócios da COOPANOR quase não utilizam adubação química, somente a orgânica. Sendo que o próprio regimento da cooperativa demonstra preocupações com a preservação do meio ambiente, proibindo a caça predatória e lutando contra todo tipo de poluição.

A comercialização dos produtos é feita principalmente na cooperativa de Nova Palma, na SAMRIG, e na COTRISUL. Os produtos da horta comunitária são levados até uma feira livre em Júlio de Castilhos, duas vezes por semana e à Santa Maria uma vez por semana. A venda média por feira é de 900 kg de produtos.

A decisão sobre a parcela da produção que será destinada à comercialização ou ao auto-consumo, é feita a partir do levantamento das necessidades demandadas pelos associados da COOPANOR para as cestas de alimentos distribuídas às famílias.

7.3 - As dificuldades

Apesar de todas as conquistas obtidas, a COOPANOR passa por sérias dificuldades financeiras, advindas da falta de incentivo, tanto do governo federal como estadual, bem como das más safras que a agricultura gaúcha tem apresentado nos últimos anos. Além desses problemas, também enfrentaram a saída de diversas famílias da COOPANOR, algumas buscando produzir nos 28 ha a que tem direito de forma individual, enquanto outros por divergências internas formaram uma outra cooperativa no assentamento, a COOPAGRO. *In' por*

afirmação antes.

As lideranças da COOPANOR atribuem a saída de sócios, no caso dos individuais, à não aceitação da prática coletivista, que entra em choque com a mentalidade individualista, própria dos pequenos agricultores, e no caso da COOPAGRO, a divergências quanto à forma de encaminhar as ações coletivistas.

Incentivos governamentais existiram em níveis quase simbólicos. Quando do surgimento do assentamento foi recebida uma quantia módica do governo estadual, além de 300 sacas de milho por família conseguida através do FEAPER (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento

dos Pequenos Estabelecimentos Rurais). Os investimentos da COOPANOR foram conseguidos através de empréstimos junto ao Banco do Brasil e Banco Meridional.

7.4 - As perspectivas

O futuro da COOPANOR é visto pelos membros da cooperativa com esperança, mas também com uma boa dose de realismo. Estão conscientes das dificuldades que a pequena produção atravessa atualmente, e, devido a muitas promessas feitas pelos governos não terem sido cumpridas, passam a raciocinar sempre em cima de suas próprias limitações.

Os associados vêem como sendo de fundamental importância expandir cada vez mais sua produção, construir local adequado para guardar as sementes, adquirir tanques para a produção pesqueira, entre outros avanços que podem ser feitos nos próximos anos.

Para os sócios da COOPANOR, o fundamental é que as crianças e jovens estão crescendo com espírito coletivista, dando mostras de que os ideais surgidos com a COOPANOR irão prosperar para as futuras gerações, sendo que estes sim poderão usufruir melhor o resultado da experiência coletivista.

B - Os assentados de Nova Ramada: Coletivos e Individuais

B.1 - A situação dos assentados de Nova Ramada antes de ingressarem no MST

Das 19 famílias entrevistadas (af incluídos tanto os produtores coletivos quanto os individuais), foi constatado que a situação dos assentados de Nova Ramada, no período anterior à entrada no MST e partirem para a efetiva luta pela terra, era de condições de vida precárias. Das 19 famílias, 5 entrevistados trabalhavam como arrendatários, ocupando uma extensão de terra média de 5 ha; 8 trabalhavam na condição de meeiros, ocupando uma área média de 8 ha; 2 eram assalariados agrícolas, um dos entrevistados declarou trabalhar na terra dos pais, e 2 trabalhavam como parceleros.

Quanto ao tipo de moradia em que residiam, a totalidade afirmou que moravam em casa de madeira, sendo que 6 dos entrevistados consideraram suas antigas instalações como de boa qualidade, os restantes 13 afirmam que suas residências possuíam qualidade ruim ou péssima. O tamanho médio das residências tinha relativo grau de variação, tendo em média, 15 m².

A instalação de energia elétrica nas residências destes agricultores era precária, apenas 6 afirmaram que antes de serem assentados, tinham acesso à energia elétrica em suas residências,

sendo que estes possuíam no máximo, 6 bicos de luz.

Em caso de doenças, 16 dos entrevistados afirmaram recorrer ao FUNRURAL, as 3 famílias restantes, recorriam à ervas caseiras.

Em relação ao saneamento básico, 4 retiravam água direto de uma fonte, 10 utilizavam água de um poço na própria residência, e somente 5 possuíam água encanada. Quanto aos sanitários, 2 famílias possuíam WC interno, enquanto as demais 17 afirmaram utilizar a tradicional "casinha".

No que se refere a maquinário e implementos agrícolas, praticamente nada possuíam além de pás, enxadadas e machados. Os que utilizavam implementos modernos e maquinário só o faziam na condição de assalariados, com o uso de implementos e maquinário do patrão.

Entre os aparelhos eletrodomésticos de que dispunham, 16 disseram possuir fogão à lenha, 9 possuíam fogão à gas, 16 possuíam rádio, 4 possuíam tv preto e branco, 5 possuíam geladeira, 1 possuía ferro elétrico, 2 possuíam ferro à brasa. Ninguém possuía chuveiro elétrico, nem mesmo nas residências que eram servidas por energia elétrica.

A assistência técnica que os agricultores recebiam era fornecida para 5 dos entrevistados por cooperativas, uma família recebia assistência técnica (tiravam suas dúvidas), por cartas enviadas a órgãos especializados, e 13 disseram que não recebiam

qualquer tipo de serviço desta natureza. Das 19 famílias entrevistadas, nenhuma afirmou ter recebido auxílio técnico da EMATER.

Quanto à propriedade de animais, 14 dos entrevistados afirmaram ter possuído de uma a duas vacas de leite, obtendo uma produção média de 8 litros de leite diários. Os demais não criavam gado leiteiro.

O número de bovinos de propriedade dos agricultores era para 2 famílias de produtores, de 2 cabeças; para outras 2 famílias, de 3 cabeças; de apenas uma cabeça para outras duas famílias de agricultores; 4 dos entrevistados possuíam 4 cabeças; e apenas 2 famílias possuíam de 5 a 8 cabeças, sendo que o restante respondeu nunca haver possuído nenhuma cabeça de gado.

A criação de suínos para as 19 famílias entrevistadas, era em média de 10,73 cabeças por família.

A criação de galinhas que fundamentalmente era destinada para o consumo próprio, tanto de postura de ovos como de corte, ia de 0 a 10 cabeças para 3 das famílias entrevistadas; de 11 a 20 para 3 famílias; de 21 a 30 para 5 famílias; e de 51 a 60 para 8 das famílias entrevistadas, obtém-se uma média de 40 galinhas por família.

Quanto à criação de ovinos, caprinos e peixes, nenhum dos agricultores entrevistados afirmou ter tido criação destes tipos

de animais.

Nos poucos hectares de terra que tinham acesso a produzir e em que trabalhavam, nas mais diversas relações de trabalho, os agricultores plantavam, além de produtos de menor expressão (como amendoim, abóbora, milho pipoca, alho, cebola), principalmente feijão, numa média de 15,18 sacas produzidas ao ano, sendo que, em média, 11,85 sacas eram comercializadas; 66,25 sacas de soja eram produzidas, sendo que 58,58 eram comercializadas; 54,28 sacas de milho eram produzidas, sendo que 46,54 eram comercializadas; 7,8 sacas de arroz eram produzidas anualmente, sendo que destas em média, 3 sacas eram comercializadas.

Em relação ao crédito agrícola, 12 dos entrevistados responderam que nunca tinham tido acesso a nenhum tipo de crédito, dos 7 que tinham acesso ao crédito, 4 conseguiam junto ao Banco do Brasil, 2 através de cooperativas, e um através do Bamerindus. Quanto ao prazo de pagamento, 6 conseguiam prazo de safra a safra, o restante (que conseguia crédito via Bamerindus) tinha prazo de apenas 6 meses. Dos agricultores que conseguiam crédito, 3 declararam que muitas vezes conseguiam renegociar a dívida, enquanto 4 disseram nunca terem conseguido.

Para 8 das famílias entrevistadas, a comercialização era feita diretamente no comércio, enquanto 10 comercializavam através de alguma cooperativa, e para uma das famílias, a comercialização era feita tanto no comércio como via cooperativas.

Os hábitos de lazer para todos os entrevistados apresentavam poucas variações, resumindo-se à prática de futebol nos fins de semana, bailes nas redondezas, jogo de cartas e bocha com os vizinhos.

O período de férias para 4 das famílias entrevistadas era gozado na casa de parentes, enquanto 15 disseram passar as férias (que quase nunca tinham) em casa mesmo.

No que se refere à distância da escola em relação à moradia, 4 responderam que a distância era relativamente curta, de 500 m a 1 km, enquanto 15 disseram haver escola além de 1 km, sendo que alguns chegavam a residir até a 10 km da escola mais próxima.

Quando perguntados sobre o que os tornou um sem terra, para 9 dos entrevistados, os pais já possuíam pouca terra, muitos filhos e sem condições de adquirir mais terra, 10 afirmaram já terem nascido sem terra, pois o pai nunca havia tido posses, sendo sempre meeiro ou assalariado.

Quanto ao que mudou na vida dos ex-sem terra, agora que estão assentados em Nova Ramada, 9 dos 10 entrevistados sócios da COOPANDR entendem que a sua vida mudou muito, tanto no sentido econômico, quanto de consciência política adquirida, criou-se um sentimento coletivista (que alguns definem como anti-capitalista), com a discussão interna nas resoluções a serem tomadas. Estes 9 entrevistados afirmam que seu nível de vida de hoje é incomparável

com o do período anterior ao de ingressarem no MST e iniciarem a luta pela conquista da terra. Um dos sócios da COOPANOR entrevistado, disse que sua vida no sentido econômico não melhorou muito, mas tem esperanças de que todos obterão uma melhoria.

Em relação aos produtores individuais do assentamento, a pesquisa demonstra que para 2 dos 9 entrevistados, sua vida melhorou no sentido de que agora tem mais consciência política, e que sabem lutar por seus direitos, 7 ressaltam como mudança principal, o fato de não terem mais patrão e serem donos da sua terra, não dando grande ênfase ao aspecto de uma possível consciência política adquirida e melhoria substancial de vida, dando a entender que o fato de possuírem um pedaço de terra como sua propriedade, e poder fazer o que quiser nela sempre foi o seu anseio maior.

6.2 - A atual situação dos produtores individuais no assentamento

Os assentados que preferiram explorar a terra de forma individual, não se associando ao sistema coletivista da COOPANOR e da COOPAGRO, tem direito a um lote de terra de 28 ha.

Das 9 famílias entrevistadas, 7 delas moram em casa de madeira, e 2 famílias em casa mista (madeira e lona). O tamanho médio das casas é de 30 m², número bem superior ao tamanho médio das residências em que residiam antes de entrarem para o MST, que era de 17,5 m². A conservação da casa é considerada por 7 entrevistados como regular e 2 responderam que era boa.

Quanto à existência de chiqueiro na propriedade, todos entrevistados possuem, sendo que 7 deles consideram o estado atual do chiqueiro como ruim, e 2 deles consideram o estado do chiqueiro razoável.

Cinco dos entrevistados afirmaram possuir paiol de madeira, enquanto os demais não possuíam paiol de qualquer espécie em sua propriedade.

A existência de galinheiro foi constatada em 6 moradias, sendo que 4 possuíam galinheiro de madeira e 2 de tipo misto (madeira e taquara). Quanto ao estado em que o galinheiro se encontra, 5 entrevistados responderam que o estado era regular, e um afirmou que o estado era bom. Os demais não possuíam galinheiro na propriedade.

Nenhuma das famílias que exploram a terra de forma individual possuem energia elétrica em suas residências.

O nível de instrução das 56 pessoas que compunham as 9 famílias entrevistadas, é de: 10 pessoas analfabetas, 29 sabem ler e escrever, e 25 pessoas possuem no máximo o 1º grau incompleto. Entre as 9 famílias entrevistadas, existem 13 pessoas frequentando a escola.

A procedência das famílias entrevistadas é de regiões típicas de predomínio do setor primário. Duas das famílias são advin-

das de Constantino, 2 de Palmeira das Missões, e as demais de Tenente Portela, Ronda Alta, Nonoai, Herval Seco e Ajuricaba.

A religião é predominantemente a católica, da qual fazem parte 8 das 9 famílias entrevistadas, a outra família respondeu ser seguidora da Igreja "Evangélico Deus Amor".

Quanto às doenças que mais comumente enfrentam, a predominância é da gripe, devido ao próprio clima da região sul, 8 famílias responderam terem, frequentemente, ao menos um familiar com gripe. As demais doenças mais comuns são dor de dente, diarréia, gastrite, bronquite, epilepsia, bexiga, coluna e reumatismo. Em caso de doença, a única assistência que afirmaram possuir é o FUNRURAL e a tradicional medicina caseira.

O saneamento básico é bastante precário, 8 famílias recebem água de um poço existente nas suas respectivas propriedades, e uma das famílias retira água de uma fonte de água existente nas proximidades. Quanto à privada, 8 famílias utilizam a "casinha", e um dos entrevistados afirmou utilizar o mato como privada. Das 9 famílias entrevistadas, 7 não possuem esgoto e 2 possuem poço negro.

O destino do lixo para 6 famílias entrevistadas é ser enterrado e transformado em adubo, enquanto dois responderam apenas queimar o lixo, sendo que um dos entrevistados disse utilizar todo lixo existente, como alimentação aos porcos. O destino do lixo dos agrotóxicos é a queima para 4 das famílias, e enterrar para as ou-

tras 5.

Quanto à utilização de máquinas e implementos agrícolas, 8 famílias afirmaram possuir arados de tração animal, 7 possuem plantadeira manual, 3 possuem pulverizador, 3 possuem carroça, uma família possui camionete, e 2 famílias possuem capinadeira animal.

Os eletrodomésticos de propriedade dos assentados individuais são poucos. Todas as famílias entrevistadas tem fogão à lenha, 5 possuem fogão à gás, 5 possuem rádio, 2 possuem ferro de passar roupa (à brasa), e uma família possui aparelhagem de som (à pilha).

A assistência técnica que recebem, provém, para todas as 9 famílias entrevistadas, da EMATER, além deste órgão, 4 famílias responderam receber assistência técnica de algumas cooperativas, com as quais comercializam a produção.

Quanto à propriedade de bovinos leiteiros, 2 famílias responderam possuir em sua propriedade, 3 bovinos de leite, 2 famílias disseram ter 2 cabeças, e 5 famílias possuem apenas um bovino leiteiro. A produção média de leite das 9 famílias entrevistadas é de 8,5 litros ao dia.

A criação de bovinos para corte ou tração é de, em média, 4 cabeças e meia por família.

A criação de galinhas em média é de 40 cabeças, sendo que a produção de ovos é, também em média, de uma dúzia por dia.

A criação de eqüinos é inexpressiva, apenas um dos entrevistados disse possuir um cavalo. O mesmo valendo para a criação de ovinos, em que apenas uma das famílias entrevistadas criava uma ovelha.

Quanto à piscicultura, apenas uma das famílias possui criação de peixes, sendo que a criação não rende mais do que 5 a 6 kg ao ano.

Em relação à criação de suínos, 4 famílias disseram possuir 10 cabeças, 5 famílias tem 2 suínos, 2 famílias disseram possuir 6 cabeças, outras 2 famílias disseram possuir 8 suínos, e uma família entrevistada respondeu possuir 20 suínos, o que dá uma média de 9,3 cabeças por família.

A produção agrícola dos produtores individuais entrevistados (conforme tabela a seguir), na safra de 1992 foi em média de 434,4 kg/ha de arroz, 111,12 kg/ha de batata-doce, 39 kg/ha de feijão, 1.228,6 kg/ha de mandioca, 204,16 kg/ha de milho, 145,71 kg/ha de soja e de 162,85 kg/ha de trigo. Além de culturas de menor expressão, como erva-mate, melancia, avela, cana, abóbora, entre outras.

TABELA 2 - Produção Agrícola dos Produtores Individuais de Nova Ramada entrevistados - Safra 1992

Produto	Área de Plantio (em hectares)	Quantidade Produzida (em kilogramas)	Rendimento (kg/ha)
Arroz	5	2.173	434,6
Batata	3,6	400	111,11
Feijão	15	565	39
Birassol	-	-	-
Mandioca	5	6.145	1.229,0
Milho	60	16.000	266,66
Soja	60	8.743	145,71
Trigo	60	5.700	95,00

Fonte: Pesquisa de Campo - organizada pelo autor

Os produtores agrícolas também produzem hortaliças como repolho, cenoura, beterraba, cebola, rabanete, alho, alface, etc. para seu próprio consumo. Os assentados individuais também cultivam árvores frutíferas e, a tradicional produção caseira de "schmier", queijo, salame, sabão, presunto, melado, manteiga, cachaça, nata e açúcar, servindo basicamente para o seu próprio consumo.

No que se refere à obtenção do crédito agrícola, este é conseguido através do Banco do Brasil, Banrisul, e FEAPER.

Metade da produção de todas as 9 famílias entrevistadas é comercializada, sendo que para 6 famílias, a comercialização é feita com alguma cooperativa, para 2 famílias, a comercialização se dá tanto diretamente como através de cooperativas, e para uma das famílias, a comercialização se dá diretamente no mercado sem a utilização de cooperativas.

Quanto à participação em seminários e cursos, das 9 famílias entrevistadas, 6 participam esporadicamente de seminários organizados pelo MST, pela COOPANOR e pela EMATER, como sobre saúde, religião, lavoura, movimento camponês, culinária, comercialização e alfabetização. Destes seminários, a participação em geral é de um membro da família apenas.

Quando perguntados sobre onde costumam passar as férias, duas famílias entrevistadas passam na própria casa ou na de parentes, 6 responderam que sempre passam as férias em casa, e uma família nunca tira férias.

Sobre o motivo que os faz não participarem da experiência coletivista da COOPANOR e da COOPAGRO, 3 responderam que faltou aprofundar a discussão sobre o coletivismo, e 6 disseram que desejam trabalhar numa terra só sua, por isso não participam da experiência coletivista do assentamento.

Quanto ao relacionamento com a COOPANOR, 2 entrevistados utilizam implementos da cooperativa, 5 responderam que não têm relacionamento algum com a COOPANOR, uma família disse ter relações apenas no aspecto de lazer, e uma família afirmou utilizar a COOPANOR para facilitar a comercialização.

Em relação à utilização de máquinas e implementos de terceiros, 7 famílias alugam de particulares, uma das famílias disse utilizar da COOPANOR e de particulares, e outra família não espe-

cificou.

Quanto à remuneração, 7 famílias dizem receber, como renda mensal, aproximadamente, um salário mínimo, uma família disse receber mensalmente nem meio salário mínimo, e outra respondeu não conseguir precisar quanto recebe mensalmente. É importante ressaltar que a remuneração mensal dos produtores agrícolas é sempre imprecisa, devido a não terem exatamente uma remuneração mensal.

Foi perguntado a cada um dos entrevistados, sobre qual o futuro que eles visualizam para a pequena produção individual, sendo que 3 entrevistados disseram que vêem futuro para a pequena produção agrícola, mesmo que esta seja organizada de forma individual, 3 entrevistados afirmaram que só com algum tipo de "associação", e 3 disseram que não visualizam futuro algum para a pequena produção agrícola individual.

8.3 - A situação atual dos produtores sócios da COOPANOR

O número de famílias que trabalham e comercializam a produção coletivamente no assentamento de Nova Ramada, e que são sócios da COOPANOR é de 22 famílias, destas aleatoriamente foram entrevistadas 10 famílias.

Das famílias entrevistadas, constatou-se que todas moram em casas de madeira, não existindo entre os associados da COOPANOR, as chamadas casas mistas (madeira e lona), sendo a área média de

cada casa de 31,33 m². A conservação das residências é considerada boa por 8 dos entrevistados, e regular e péssima pelas duas outras famílias.

Em seu lote individual de terra de 1 ha, todas as 10 famílias entrevistadas possuem chiqueiro, sendo a área média de 7 m². A conservação do chiqueiro é considerada boa por 3 famílias, regular por 5 e péssima por 2 entrevistados, sendo que todos possuem chiqueiro de madeira.

Das 10 famílias entrevistadas, 6 possuem estrebaria, sendo todas de madeira, com a área média de 9 m². A conservação das estrebarias é considerada boa por 3 das famílias, regular por 2 e péssima pela outra família entrevistada.

Quanto à existência de galinheiro na sua propriedade individual, todas as 10 famílias afirmaram possuir, sendo 9 construídas de madeira e um de taquara, com área média de 4 m². A conservação é considerada boa por 4 famílias, regular por 4, e péssima pelas 2 outras famílias entrevistadas.

Todas as famílias associadas à COOPANOR possuem energia elétrica, sendo que cada residência das 10 famílias entrevistadas tem em média 6,5 bicos de luz.

O nível de instrução das 78 pessoas que compõe as 10 famílias entrevistadas, é de 3 analfabetos, 35 que sabem apenas ler e

escrever, e 40 pessoas que possuem o 1º grau incompleto. Entre as famílias entrevistadas, constatou-se que existem 17 pessoas frequentando a escola.

A procedência das famílias entrevistadas é quase a mesma dos demais membros do assentamento, 4 famílias são advindas de Ronda Alta, 2 de Miraguai, as demais são de Constantina, Passo Fundo, Seberi e Herval Grande.

Todas as 10 famílias entrevistadas disseram ser de religião católica.

Quanto às doenças que mais comumente enfrentam, a predominância é a gripe para 9 das 10 famílias, seguido de doenças nos rins, coluna, diarreia, dor de ouvido, alergia e problemas de pressão.

Em caso de doença, as 10 famílias entrevistadas disseram recorrer aos serviços do FUNRURAL, além da tradicional medicina caseira.

Quanto ao saneamento básico, 9 famílias servem-se de água retirada do poço de sua propriedade, enquanto uma família possui poço artesiano. Em relação à privada, todas as 10 famílias utilizam a "casinha".

Todas as famílias entrevistadas não possuem esgoto nas casas.

O destino de parte do lixo para todas as famílias é a utilização como adubo, a parte restante para 4 das famílias entrevistadas é a queima, 5 enterram o lixo, e para outra família o destino do lixo é ser jogado em um local afastado.

Todos entrevistados disseram não utilizar agrotóxicos na produção.

Quanto à propriedade de eletrodomésticos, entre as 10 famílias, todas possuem ferro de passar roupa (à brasa), 9 possuem fogão à gás, todas as 10 famílias possuem fogão à lenha, 4 possuem geladeira, 8 possuem rádio, 4 possuem bomba d'água, e 2 famílias tem tv preto e branco.

Os sócios da COOPANOR também possuem produção bovina individual, sendo que 6 famílias criam gado leiteiro, dando uma média de 7 litros ao dia, e possuindo uma média de 1,5 cabeças por família.

A criação individual de suínos está presente em todas as famílias entrevistadas, sendo que a quantidade média por família de 3,7 suínos.

A criação de galinhas também é encontrada nas 10 famílias entrevistadas, sendo a média de 30 cabeças por família, o que dá

uma média de uma dúzia de ovos diários.

Os cooperativados possuem também modestas produções individuais de mandioca, milho, batata doce, melancia, amendoim, feijão, batata inglesa, cana e moranga. Também possuem horta individual (além da horta comunitária), em que criam tomate, cebola, repolho, beterraba, cenoura, rabanete, alho, alface couve e chuchu.

Algumas famílias cultivam árvores frutíferas como laranja, bergamota, pessegueiro, figueira, laranja, entre outras. Também produzem a chamada indústria caseira como queijo, salame, sabão, doce de leite, "schmier", manteiga, nata, banha, etc.

Quanto à participação em seminários e cursos, os cooperativados tem comparecido em vários, como sobre saúde, reflorestamento, mercado, conjuntura nacional, horticultura, política agrícola, organização de mulheres, formação política, gado leiteiro, movimentos populares, pequenos produtores e assentamentos, piscicultura e utilização de máquinas. A média de participações de membros da família em cada um dos cursos e seminários é de 1,5 membros.

Quando perguntados sobre onde costumam passar as férias, 4 famílias responderam que na casa de parentes, 5 disseram que ficam em casa, e um entrevistado disse nunca tirar férias.

Em relação a quanto da sua produção individual é comercializada, uma família disse que 50%, 4 famílias disseram 30%, 2 famí-

lias disseram 20%, uma família disse menos de 10%, e 2 famílias disseram que nada do que produzem individualmente é comercializado.

Quanto à remuneração, 6 famílias responderam que recebem mensalmente uma remuneração em torno de 1,5 salário mínimo e 4 famílias disseram não saber, pois a remuneração é variável. A exemplo dos produtores individuais, a remuneração dos produtores coletivizados é também imprecisa. Estudo feito, recentemente, por um grupo de alunos do curso de informática da UNIJUÍ revela que a renda média por família associada da COOPANOR passou de 1,65 salários mínimos em 1991, para 4,96 salários mínimos em 1992.

Foi perguntado a cada um dos entrevistados sobre qual o futuro que eles visualizam para a pequena produção individual, sendo que todas as 10 famílias responderam não haver futuro sem união e cooperação.

8.4 - Comparação entre a situação dos produtores individuais e dos sócios da COOPANOR

Pode-se verificar que a situação de todos os entrevistados (tanto coletivos quanto individuais) teve uma melhora qualitativa entre a sua condição de hoje, como assentado em Nova Ramada e de quando viviam como proprietários de minifúndios, trabalhavam como assalariados, meeiros, ou arrendatários.

Antigamente, o tamanho médio das casas dos agricultores era de 15 m², houve um aumento considerável na área física das resi-

dências, que hoje é de em média 30 m², para os produtores individuais, e de 31 m² para os sócios da COOPANOR. Em relação à energia elétrica, 3 produtores individuais tiveram perda, pois, antigamente, possuíam energia elétrica em suas residências e hoje só quem tem acesso são os sócios da COOPANOR e da COOPAGRO.

Quanto à utilização de maquinário e implementos agrícolas, houve uma melhora considerável para ambos os grupos, principalmente para os associados da COOPANOR, que tem acesso a maquinários mais sofisticados de propriedade da própria cooperativa, enquanto os individuais tem que alugar o maquinário, elevando assim, os seus custos de produção.

A existência de eletrodomésticos continua precária entre os assentados, sendo que a diferença entre os coletivizados e os individuais é considerável, devido a entre os primeiros, 4 famílias possuem geladeira, 4 famílias possuem bomba d'água, e 2 terem televisão. Sendo que esta diferença pode ser o resultado da existência de energia elétrica entre os produtores coletivos.

Quanto à propriedade de bovinos em sua situação anterior, a média por família não chegava a 2 cabeças, sendo que, atualmente, entre os produtores individuais, a média é superior a 4 cabeças por família. A criação de bovinos pelos coletivizados também aumentou, atualmente é de 1,5 cabeças de gado por família em média. É importante ressaltar que este dado é para a sua produção individual, não contando com a criação coletiva de bovinos, em que tam-

têm usufruem dos resultados da criação.

Em relação à propriedade coletiva de bovinos, a COOPANOR possuindo 120 cabeças de gado, dá uma média superior a 5 cabeças por família, que somados a média de 1,5 cabeças que possuem em seu lote individual de 1 ha de terra, ocorre um ganho de 61,5% sobre as 4 cabeças em média de propriedade das famílias individuais entrevistadas.

Na criação de suínos também ocorre fato semelhante, existindo na COOPANOR, 200 cabeças de suínos, isto equivale a 8,89 cabeças por associado, que somadas à média de 3,7 suínos por família entrevistada, resulta em uma média de 12,39 cabeças por família associada, média esta superior a de 10,73 cabeças encontradas em sua situação anterior.

Os produtores individuais entrevistados tiveram uma pequena queda na produção antes de serem assentados, enquanto a média para todas famílias entrevistadas era de 10,73 suínos, este número baixou para atualmente 9,3 cabeças.

A criação de galinhas na condição anterior a de assentados, era em média de 40 galinhas por família, em relação aos produtores individuais entrevistados, este número se mantém, enquanto que nos produtores associados da COOPANOR entrevistados, em seu 1 ha individual este número desce para 38 galinhas por família em média, isto sem contar a produção coletiva, a qual não se dispõe de

dados.

Traçando um paralelo entre a produção dos produtores individuais entrevistados, com a produção da COOPANOR, bem como com a produção agrícola da cidade onde se situa o assentamento, Júlio de Castilhos, na safra de 1992 (conforme tabelas 2 e 3), pode-se concluir que o rendimento em média dos assentados individuais entrevistados, é bem inferior em quase todos os produtos aos da COOPANOR.

TABELA 3 - Produção Agrícola da COOPANOR-safra 1992

Produto	Área de Plantio (em hectares)	Quantidade Produzida (em kilogramas)	Rendimento (kg/ha)
Arroz	25	10.000	400
Batata	3	18.000	6.000
Feijão	56	47.000	840
Brassol	45	59.965	1.333
Mandioca	39	376.000	9.600
Milho	170	491.980	2.894
Soja	206	359.950	1.765
Trigo	60	60.000	1.000

Fonte: ENATER - Júlio de Castilhos.

A produção de batata da COOPANOR teve rendimento de 6.000 kg/ha, enquanto os produtores individuais tiveram rendimento de apenas 111,11 kg/ha; o feijão da COOPANOR teve rendimento de 840 kg/ha, enquanto os produtores individuais tiveram um rendimento de 39 kg/ha; a mandioca da COOPANOR teve rendimento de 9.000 kg/ha, enquanto para os individuais teve um rendimento de 1.228,6 kg/ha, a produção de milho da COOPANOR teve um rendimento de 2.894 kg/ha, enquanto a produção dos individuais teve rendimento de 204,16 kg/ha; a produção de soja da COOPANOR teve rendimento de 1.565 kg/ha, enquanto a produção dos individuais é de 145,71 kg/ha; e a

produção de trigo da COOPANOR teve rendimento de 100 kg/ha, enquanto a produção dos individuais teve rendimento de 162,85. Somente o rendimento da produção de arroz dos individuais, 434 kg/ha, supera a produção da COOPANOR, 400 kg/ha.

Estes dados, apesar de se referirem a apenas um ano, demonstra claramente a superioridade da produção agrícola dos coletivos sobre os individuais, a isto se devendo a utilização de maquinário moderno, melhores técnicas de produção e trabalho em grande escala.

Já quando comparamos o rendimento agrícola da COOPANOR, com o da cidade de Júlio de Castilhos na safra de 1992 (ver tabela 4), verifica-se que a COOPANOR ainda se encontra em desvantagem flagrante na produção do arroz, rendimento de 400kg/ha para 2.613 kg/ha, e mandioca 9.000 kg/ha para 40.000 kg/ha, no entanto, nas demais culturas a diferença não é tão acentuada, conforme pode ser observado nas tabelas 2 e 3.

TABELA 4 - Produção Agrícola de Júlio de Castilhos - Safra 1992

Produto	Area de Plantio (em hectares)	Rendimento (kg/ha)
Arroz	750	2.613
Batata	850	7.115
Feljão	1.900	1.149
Milho	10.000	3.300
Soja	42.000	2.100
Trigo	2.500	1.680

Fonte: IBGE

Os dados de produtividade das tabelas 2, 3 e 4 encontram-se sintetizados na tabela 5.

TABELA 5 - Rendimento (kg/ha) dos produtores individuais entrevistados, da COOPANOR e do município de Júlio de Castilhos - safra 1992.

Produto	Individuais	COOPANOR	Júlio de Castilhos
Arroz	434,4	400	2.613
Batata	111,11	6.000	7.115
Feijão	39	864	1.149
Girassol	-	1.333	-
Mandioca	1.228,6	9.000	40.000
Milho	204,16	2.894	3.300
Soja	145,71	1.565	2.100
Trigo	162,85	1.000	1.690

Fonte: Organiz. pelo autor a partir das tab. 2, 3 e 4, pesquisa de campo, Emater de J. de Castilhos e IBGE de Cruz Alta.

A comparação da produtividade média da COOPANOR com a produtividade média de Júlio de Castilhos nos anos de 1990, 1991 e 1992 no que se refere à produção de feijão, milho, soja e trigo (tabela 6 a seguir), apresenta um certo equilíbrio, sendo a produtividade de feijão do município de Júlio de Castilhos ligeiramente superior à da COOPANOR, 864 kg/ha para 720 kg/ha, a produtividade do milho, no entanto, acusa uma pequena vantagem para a COOPANOR, sendo esta de 2.700 kg/ha para 2.300 kg/ha para o município. Na produtividade de soja, a COOPANOR também apresenta certa superioridade sendo de 1.800 kg/ha para 1.565 kg/ha de produtividade do município, enquanto a produtividade de trigo dá larga vantagem à Júlio de Castilhos em comparação à COOPANOR, 1.360 kg/ha para 780 kg/ha.

TABELA 6 - Comparativo da produtividade agrícola média da COOPANOR e do município de Júlio de Castilhos nas safras de 1990, 1991 e 1992.

Produto	Produtividade (kg/ha)	
	Júlio de Castilhos	COOPANOR
Feijão	864	720
Milho	2.300	2.700
Soja	1.660	1.800
Trigo	1.360	780

Fonte: Organiz. pelo autor a partir de dados fornecidos pelo SPEP-UNIJUI e IBGE.

Todos estes aspectos não deixam dúvidas de que a reforma agrária no país é altamente viável, tanto no sentido do aumento da produção agrícola, como no aspecto da mudança da qualidade de vida dos produtores agrícolas. A evidência fica ainda maior no que concerne aos produtores associados à COOPANOR, que não só demonstram uma consciência política bem evoluída, como uma preocupação maior com o seu próprio aprimoramento, através da constante participação em cursos e seminários, bem como na sua flagrante superior qualidade de vida, tanto em relação ao seu passado anterior ao assentamento (quando ainda eram assalariados, meeiros, arrendatários, etc), como na comparação com seus companheiros de assentamento que preferem produzir de forma individual.

A remuneração dos assentados individuais, segundo os entrevistados, não passa de um salário mínimo, enquanto os sócios da COOPANOR entrevistados, revelaram ser sua renda em torno de 1,5 salários mínimos, isto sem contar a distribuição mensal a cada família associada de uma cesta de alimentos, além de possuírem um ha

de terra, o qual podem cultivar e criar o que bem entenderem, podendo inclusive comercializar o resultado desta produção.

Como já foi mencionado anteriormente o dado referente à remuneração dos produtores individuais está sujeito a um certo grau de imprecisão, sendo este fato reconhecido pelos próprios produtores individuais. Para o pequeno agricultor, o salário mínimo representa muitas vezes, uma remuneração mínima de sobrevivência, neste sentido, devido ao seu baixo consumo, é comum atribuir a um salário mínimo a sua remuneração.

Segundo a direção da COOPANOR, muitos dos produtores individuais só sobrevivem devido à ajuda da cooperativa, com a compra conjunta de sementes, aluguel de máquinas aos produtores, e que a maioria recorre à COOPANOR para a comercialização conjunta dos produtos, fato este muito pouco reconhecido pelos produtores individuais entrevistados, devendo-se isto com certeza, à dificuldade de reconhecerem a dependência em relação à COOPANOR, a qual muitos produtores individuais tem divergências políticas e pessoais.

Torna-se interessante ressaltar as respostas dadas pelos produtores individuais do assentamento sobre o futuro da pequena produção agrícola individual, dos 9 entrevistados, somente 3 acham futuro neste tipo de organização produtiva. Outras 3 famílias afirmaram que só com algum tipo de associação esta se torna viável (possivelmente a relação que mantém com a COOPANOR, apesar de não deixarem claro isto), e 3 entrevistados afirmaram, numa visível

demonstração de desilusão, não verem futuro para o seu tipo de organização agrícola.

O resultado disto, é que recentemente, 13 famílias de produtores individuais do assentamento, segundo o informativo da COOPANOR (Nova Ramada, nº 23 de 06/92), solicitaram uma forma de ação conjunta mais orgânica com a COOPANOR.

Um estudo recente feito por estudantes do mestrado em extensão rural da UFSM, com jovens do assentamento e publicado no informativo da COOPANOR (nº 15 de 12/90), diz que os que são sócios da COOPANOR tem melhores expectativas em relação ao seu futuro. Os que não são sócios pensam em ajudar os pais e depois ir à cidade tentar emprego. Todos os jovens, mesmo os que não fazem parte da COOPANOR, acham que a melhor forma de trabalhar é a coletiva, isto demonstra que ao menos nos jovens, está se expandindo a idéia da necessidade da organização coletiva, objetivando a superar as dificuldades impostas à pequena produção agrícola pelo modo de produção capitalista.

NOTAS CONCLUSIVAS

Ao término do presente trabalho, pode-se verificar que a luta pela terra no RS, representa muito mais do que simplesmente uma bandeira política levantada pelos segmentos mais comprometidos com as demandas populares. Representa a própria sobrevivência dos pequenos produtores agrícolas como cidadãos, uma luta incessante contra o estado de pauperização, proletarianização e marginalidade a que o desenvolvimento capitalista no campo tem submetido os pequenos produtores agrícolas gaúchos.

Dentro do processo de aceleração da miséria, os agricultores buscaram resistir à política governamental do pós-64, que visava a transferir os pequenos produtores para regiões estranhas e sem condições mínimas de sobrevivência. Daí para a retomada da organização camponesa foi um passo, e o vácuo deixado pela desarticulação dos movimentos de resistência no campo no período pós golpe militar (em especial, o MASTER), é ocupado pelo surgimento do MST (Movimento dos Agricultores Sem Terra) no estado, que parte para uma estratégia ofensiva com as diversas ocupações e acampamentos que fazem do final dos anos 70 para cá.

A luta pela conquista da terra no entanto, evoluiu de uma ação preocupada tão somente pela propriedade da terra para uma forma bem mais ampla, no sentido de preservação desta a partir do desenvolvimento produtivo e organizacional dos assentamentos, in-

centivando práticas coletivistas. Disto surgem as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs), como a COOPANOR e demais cooperativas similares que surgem no estado e no resto do país.

Estudando-se mais profundamente o caso da COOPANOR, pode-se perceber a assertiva dos assentados que optaram pela experiência coletivista. Para isto basta comparar a condição em que se encontram os coletivizados em comparação com os produtores individuais do assentamento de Nova Ramada. Através da análise comparativa do grupo coletivo e do grupo individual, constata-se que, apesar de ambos terem a mesma origem social, a mesma trajetória de luta pela terra, e as mesmas oportunidades, quando assentados, tomaram rumos bem diversos. Inicialmente, a grande maioria dos assentados optou pela experiência coletivista, no entanto, a busca pela propriedade privada individual acaba imperando, destruindo em alguns, o sentimento de unidade que tanto havia caracterizado o grupo.

As conquistas dos coletivos, apesar das dificuldades encontradas, são inegáveis, e apesar dos produtores individuais também terem obtidos conquistas importantes, não chegam perto da situação atingida pelos associados da COOPANOR. Para tanto, basta visitar o assentamento, observar as casas de ambos os grupos que a diferença torna-se visível. Apesar dos dados levantados terem sido em sua maioria obtidos por amostragem, fica patente a diferenciação existente entre o perfil sócio-econômico dos produtores individuais e dos coletivos.

Os produtores individuais tem uma produção agrícola extremamente inferior à COOPANOR, além de um nível de consciência política bem mais atrasada em relação aos associados, assim como uma perspectiva de futuro menos otimista que a dos coletivizados. A falta de perspectiva destes produtores, leva os mesmos a acreditarem (segundo palavras da maioria dos entrevistados) que, se não houver alguma forma de união dos pequenos agricultores, eles tendem a se tornar, um dia, novamente sem terra.

Paradoxalmente, no entanto, esses mesmos agricultores optaram por não seguir o exemplo dos colegas que acreditaram numa proposta de transformar, não somente a condição econômica do pequeno produtor, mas também a sua própria consciência individualista. A discussão sobre o motivo que conduziu esse grupo de produtores a buscarem a forma de produção tradicional (individual), pode ser até motivo de estudos em futuros trabalhos.

Apesar de todas as dificuldades que a COOPANOR enfrenta, ela está dando mostras de que a união dos pequenos produtores nos mais diversos âmbitos desde a produção, passando pela comercialização e até mesmo na negociação com bancos e credores, faz com que tenham um padrão de vida e uma perspectiva de futuro respeitável.

A COOPANOR é o retrato vivo de uma experiência de reforma agrária, que mesmo com pouca ajuda dos governos estadual e federal, e apesar de todas as dificuldades, consegue a superação destas, com a busca da elevação da consciência dos trabalhadores e de

ações coletivas para trabalhar e lutar por melhores condições de vida. Este é sem dúvida, um grande exemplo para outros trabalhadores rurais que lutam pela terra e sua preservação.

*Este capítulo já está resumido e a
parte de análise do capítulo anterior?
Um comentário de ... e ...
Indefinidamente as condições!*

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Fernando Antônio. As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 145 p.
- BARCELOS, Caco. Fon-Koréin tun Kaiqanai (Intrusos Fora da Terra caiguanquei). Repórter: São Paulo, junho de 1978. p. 44-53.
- BRUM, Argemiro. Modernização da Agricultura-Trigo e Soja. Petrópolis: Vozes, 1988. 200 p.
- CALDART, Roseli S. e SCHWAAB, Bernadete. Educação das Crianças nos Acampamentos e Assentamentos. In: Assentamentos-A Resposta Econômica da Reforma Agrária. Petrópolis: Vozes, 1991. 194 p.
- CARNEIRO, Maria Esperança F.. A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas. Goiânia: UFG, 1988. 194 p.
- CORADINI, Odacir Luis. Os Movimentos Sociais no Sul do Brasil. In: Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo: Ícone Editora, 1985. 286 p.
- DOCUMENTOS do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (1960-1975). Lisboa: Edições Avante, 1976. 234 p.
- FORMAN, Shepard. Camponeses: sua Participação no Brasil. Petrópolis: Paz e Terra, 1979. 340 p.
- GEHLEN,IVALDO. A Luta pela Terra no Sul a partir do Caso dos Colônios de Nonoai. In: Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo: Ícone Editora, 1985. 286 p.
- GIRON, Loraine Slomp. A Imigração Italiana no RS: Fatores Determinantes. In: RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre. 1992. 2ª ed. 280 p.
- GORGEN, Frei Sérgio. Os Cristãos e a Questão da Terra. São Paulo: FTD, 1987. 79 p.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989. 6ª ed. 255 p.
- KUCHEMANN, Astrid Berlindes. O Minifúndio Gaúcho: Ajuda Técnica como Alternativa?. Caxias do sul: UCS/EST, 1980. 320 p.
- LANDO, Aldair M. e BARROS, Eliane. Os Alemães no Rio Grande do Sul. In: RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1992. 2ª ed. 280 p.

- MARTINS, José de Souza. A Militarização da Questão Agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984. 134 p.
- MÉLIGA, Laerte Dorneles e JANSON, Maria do Carmo. Encruzilhada Natalino. Porto Alegre: Vozes/EST, 1982. 118 p.
- MORAES, Clodomir Santos de Moraes. Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo. São Paulo: MST, 1986. 58 p.
- NASCIMENTO FILHO, João Cardoso. Formas Coletivas de Organização da Produção em Assentamentos do RS. Santa Maria: UFSM, 1990. Dissertação de Mestrado. 112 p.
- NOVA RAMADA. Júlio de Castilhos. No 15. 12/1990.
 ----- Júlio de Castilhos. No 17. 04/1991.
 ----- Júlio de Castilhos. No 23. 06/1992.
- PEREIRA, André e WAGNER, Carlos Alberto. Monjes Barbudos e o Massacre do Fundão. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. 87 p.
- PERIN, Celestino. Movimento Social no Campo: A Luta dos Assentados de Tupanciretã. Santa Maria: UFSM, 1988. Dissertação de Mestrado. 181 p.
- PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1984. 30ª ed. 364 p.
- SEM TERRA. São Paulo. 08/1990.
 ----- São Paulo. 11/1990.
- TAMBARA, Elomar. RS: Modernização e Crise na Agricultura. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 2ª ed. 95 p.
- TAVARES, José Vicente. A Gestação da Recusa: o "Colono Retornado" dos Projetos de Colonização da Amazônia. In: Revoluções Camponezas na América Latina. São Paulo: Ícone Editora, 1985. 286 p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Estrutura de Dissertação/Tese e sua Apresentação Gráfica. 3ª ed. Santa Maria, 1992. 53 p.
- WAGNER, Carlos. Brasiguaios: Homens sem Pátria. Petrópolis: Vozes, 1989. 2ª ed. 132 p.
 ----- A Saca do João Sem Terra. Petrópolis: Vozes, 1989. 2ª ed. 132 p.
- ZAMBERLAN, Jurandir e FLORÃO, Santo Reni. Assentamentos-Resposta Econômica da Pequena Propriedade na Região de Cruz Alta. Cruz Alta: UNICRUZ, 1989. 128 p.

ANEXO

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DOS PEQUENOS
AGRICULTORES DA NOVA RAMADA LTDA.

Capítulo 1

Denominação, sede, foro, área de ação, prazo e ano social.

ART.19- A cooperativa dos pequenos agricultores da Nova Ramada, com a sigla COOPANOR, rege-se pelo presente estatuto e pelas disposições legais, vigentes, tendo:

- a) - Sede e administração em Júlio de Castilhos, na localidade de Rincão dos Apell, com foro na comarca de Júlio de Castilhos, estado do Rio Grande do Sul, Brasil;
- b) - Área de ação, para efeito de admissão de associados, abrangendo o município de Júlio de castilhos;
- c) - Prazo de duração indeterminado e ano social no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Capítulo 2

ART.20- A cooperativa objetiva congrega os agricultores de sua área de ação promovendo mais ampla defesa de seus interesses econômicos, podendo para tanto comprar em comum artigos necessários à sua produção e subsistência, classificar, padronizar, armazenar, beneficiar, industrializar, comercializar e exportar a sua produção bem como operar com terceiros 30% (trinta por cento) do maior montante das transações realizadas nos três últimos exercícios, salvo no tocante armazenagem que não ficará sujeito ao limite operacional acima previsto.

- a) - A cooperativa promoverá, ainda, mediante convênios com entidades especializadas, públicas ou privadas, o aprimoramento técnico-profissional dos seus associados e participará de campanhas de expansão do cooperativismo, de fomento à agricultura e de racionalização dos meios de produção.
- b) - A cooperativa efetuará suas operações sem qualquer objetivo de lucro.

ART.30- Para atingir os objetivos a que se propõe, a cooperativa manterá a seguinte estrutura: física e operacional.

Par.1º - Física: a) área de ação e a extensão formada pelo município referido no art. 1º.

Par.1º - Operacional: a) departamento agrícola: beneficiamento e venda em comum de produtos agrícolas;

b) departamento de produção animal: beneficiamento e venda em comum de produtos de origem animal;

c) departamento industrial: industrialização de produtos agropecuários dos sócios;

d) departamento de consumo e compra em comum: A) consumo: fornecimento aos associados de artigos de uso doméstico; B) compras em comum: fornecimento aos associados de: animais, plantas,

mudas, sementes, fertilizantes, máquinas e implementos agrícolas, instrumentos, matérias-primas e produtos industrializados, destinados à lavoura e à pecuária ou abastecimento das propriedades agropastoris;

e) assistência social: mediante convênios com os poderes públicos ou particulares.

Capítulo 3

Dos associados.

ART.4º - Poderá ingressar na cooperativa, salvo se houver impedimento ou impossibilidade técnica de prestação de serviços, qualquer pessoa que se dedique à atividade agrícola, por conta própria, em imóvel de sua propriedade ou ocupado por processo legítimo, dentro da área da sociedade, que possa dispor livremente de seus bens, que concorde com as disposições deste estatuto e que não pratique outra atividade que possa prejudicar ou colidir com os interesses da entidade.

ART.5º - O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo entretanto, ser inferior a 20 (vinte).

ART.6º - Para associar-se o candidato preencherá propostas de admissão fornecida pela cooperativa, assinando-a juntamente com 2 (dois) associados proponentes.

Par.1º - Aceita a proposta pelo conselho de administração o ingresso no quadro social se efetua com as assinaturas do presidente da cooperativa e do candidato no livro de matrícula.

Par.2º - Uma vez admitido como associado, a cooperativa lhe fornecerá a devida carteira de identidade social.

ART.7º - Satisfeitos os requisitos regulares pelo artigo anterior, o associado adquire os direitos e obrigações decorrentes de lei, deste estatuto e deliberações da assembléia geral.

ART.8º - São direitos dos associados: a) Participar de todas as atividades que constituem objetivo da cooperativa com ela operando em todos os setores;

b) Votar e ser votado para cargos sociais, exceto nos casos previstos neste estatuto;

c) Propor ao conselho de administração e às assembléias gerais medidas que julgar convenientes ao interesse social;

d) Solicitar esclarecimento sobre as atividades da cooperativa;

e) Pedir demissão;

f) Participar da distribuição do excedente da produção, salvo outras decisões da assembléia.

ART.9º - São obrigações dos associados: a) Subscrever e integralizar as quotas-partes do capital nos termos deste estatuto e contribuir com taxas e serviços e encargos operacionais que forem estabelecidos pelo conselho de administração geral.

b) Entregar toda sua produção comercial à cooperativa e realizar com ela as demais operações que constituem seus objetivos

econômicos e social;

c) Cumprir fielmente as disposições deste estatuto, respeitando as deliberações regulamentares, tomadas pelas assembléias gerais, pelo conselho de administração, ou fiscal ou constante no regimento interno;

d) Zelar pelo patrimônio moral e material da cooperativa, colocando os interesses da coletividade acima dos interesses individuais;

e) Participar das reuniões nas equipes, nos conselhos e assembléias gerais..

Capítulo 4

Da demissão, eliminação e exclusão:

ART.10º - A demissão do associado não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será requerido ao presidente, senão por este levado ao conselho de administração em sua primeira reunião, averbado no livro de matrículas mediante termo assinado pelo presidente.

ART.11º - As multas aos associados que pedirem demissão ou faltarem às reuniões previamente marcadas e que prejudiquem a cooperativa será estipulada no regimento interno.

ART.12 - A eliminação do associado, que será aplicada em virtude da infração da lei ou deste estatuto será feita por decisão do conselho de administração, depois de retirada notificação ao infrator; os motivos que a determinaram, deverão constar de termos lavrados no livro e assinado pelo presidente da cooperativa.

Par.1º- Além de outros motivos o conselho de administração deverá eliminar o associado que:

A) Vier a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à cooperativa ou que colida com seus objetivos;

B) Houver levado a cooperativa à prática de atos prejudiciais para obter o cumprimento de obrigações contraídas;

C) Depois de notificado voltar a infringir disposições da lei deste estatuto, das resoluções ou deliberações da assembléia geral;

D) Faltar a três reuniões consecutivas, sem justificativa;

E) Desviar a produção armazenada na cooperativa;

Par.2º- O atingido poderá, dentro do prazo de trinta dias contados da data do recebimento da notificação, interpor recursos, que terá efeito suspenso até a primeira assembléia geral.

ART.13º- O conselho de administração excluirá o associado por:

A) -Dissolução da pessoa jurídica;

B) -Morte da pessoa física;

C) -Incapacidade civil não suprida.

Capítulo 5

Do capital social:

ART. 149- O capital da cooperativa é ilimitado quanto ao máximo, não podendo, entretanto, ser inferior ao valor de 43.000 (quarenta e três mil) BTN.

ART.159- A cooperativa reterá entre 1% a 20% do montante produzido dos cooperados, que terá por fim o aumento do seu capital social.

Capítulo 6

Dos órgãos de administração:

ART.169- A cooperativa será administrada pelos órgãos:

- Assembléia geral;
- Conselho de administração composto por:
 - A) Conselho diretor;
 - B) Conselho executivo.
- Conselho fiscal.

ART.179- A assembléia geral dos associados é órgão supremo da entidade dentro dos limites legais e do estatuto, tendo poderes para tomar toda e qualquer decisão de interesse social e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

ART.189- A assembléia será convocada e dirigida pelo presidente, após deliberação do conselho de administração;

Par.19- 20% (vinte por cento) dos associados em condições de votar, podendo requerer ao presidente a convocação de assembléia geral extraordinária, justificando sua motivação, e com causa de recusa, convocá-la eles próprios, escolhendo um presidente "ad hoc".

Par.29- O conselho fiscal poderá convocar assembléia geral, se ocorrerem motivos graves urgentes.

ART.199- Em qualquer das hipóteses referidas no artigo anterior, as assembléias gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 dias para a primeira convocação e de uma hora para a segunda e para a terceira convocação.

Par. único- As três convocações poderão ser feitas num único edital, expressamente, os prazos para cada uma delas.

ART.209- O não comparecimento dos associados que por três vezes consecutivas torne impossível a instalação da assembléia geral, apesar de regularmente convocada em prazos que guardem intervalos nunca inferiores a oito dias, entre cada série de três convocações estabelecidas em editais distintos, presume a intenção de dissolver a entidade.

ART.219- O editais de convocação das assembléias gerais deverão conter:

- 1- A denominação da cooperativa seguida pela expressão "Convocação da assembléia geral ordinária ou extraordinária";
- 2- O dia e hora de cada reunião em cada convocação, assim como o local de sua realização, o qual, salvo motivo justificativo justificado, será sempre o da sede social;
- 3- A seqüência numérica da convocação ;
- 4- A ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações e tempo previsto para cada assunto;
- 5- O número de associados existentes na data da expedição do edital para efeito do cálculo do "quórum" de instalação;
- 6- Data e assinatura do responsável pela convocação.

Par.19- No caso de convocação ser feita de acordo com o parágrafo 19 do artigo 189, o edital será assinado, no mínimo pelos cinco primeiros signatários do documento que a solicitou;

Par.20- Os editais de convocação serão afixados em locais visíveis das primeiras dependências da cooperativa, publicadas através de jornais de grande circulação local encaminhados através de circulares aos associados.

Art.229- O quorum mínimo para a instalação da assembléia geral é o seguinte:

- 19- Dois terços dos representantes eleitos em condições de votar na primeira convocação;
- 20- Metade mais um na segunda;
- 30- Mínimo de um terço na terceira, salvo quando a convocação for feita nos termos do parágrafo 19 do artigo 189, em que só poderá funcionar com a presença de no mínimo, a totalidade dos responsáveis pela convocação.

Par. único- O número de associados presentes em cada convocação será comprovado pelas assinaturas constantes no livro de presença.

ART.239 - Os trabalhos das assembléias gerais serão dirigidas pelo presidente, auxiliado pelo secretário.

Par.19- Na ausência do secretário da cooperativa e seu substituto, o presidente convocará outro associado para secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva ata.

Par. 20- nas assembléias gerais que não forem convocados pelo presidente os trabalhos serão dirigidos por associado escolhido na ocasião e secretariadas por outro associado, convidado pelo primeiro.

ART.249 - Os ocupantes de cargos sociais, bem como os associados, não poderão votar nas decisões, sobre assuntos que a eles se refiram de maneira direta ou indireta, entre os quais: os de prestação de contas do exercício que encerram seu mandato mas não ficam privados de tomar parte dos debates correspondentes.

ART.259 - Os componentes do conselho de administração e do conselho fiscal não poderão dirigir os trabalhos, quando a assembléia estiver deliberando sobre o relatório e as contas da gestão

em que houverem exercidas seus mandatos, devendo o plenário, escolher entre os associados, um presidente para dirigir os trabalhos no interregno, retornando a direção ao presidente da cooperativa uma vez terminado o impedimento.

Par.19- Transmitida a direção dos trabalhos, o titular e demais membros do conselho de administração e do conselho fiscal, deixarão a mesa, permanecendo no recinto a disposição da assembleia, para esclarecimentos que lhe forem solicitados.

Par.20- O indicado para dirigir a assembleia escolherá entre os associados um secretário "ad hoc" para auxílio nos trabalhos e coordenar a redação das decisões a serem incluídas na ata, pelo secretário da assembleia.

ART.26 - As deliberações das assembleias gerais somente poderão versar sobre os assuntos constantes do edital de convocação e os que com eles tiverem direta e imediata relação.

Par.19- Habitualmente a votação será simbólica, mas a assembleia poderá optar pelo voto secreto, atendendo-se as normas usuais.

Par.20- O que ocorrer na assembleia deverá constar da ata circunstanciada lavrada no livro próprio das atas das assembleias gerais, lida, aprovada e assinada no final do trabalho, pelos componentes da mesa, por uma comissão de dez associados designada em plenário e pelas demais que o queiram fazer.

Par.30- As decisões das assembleias serão tomadas pelo voto pessoal dos representantes presentes, sendo vedada representação por procuração.

Par.40- As votações que dizem respeito à eleição dos componentes do conselho de administração e do conselho fiscal serão sempre por escrutínio secreto. No caso de empate a assembleia decidirá por voto secreto o desempate.

Par.50- Nas eleições para preenchimento dos cargos do conselho de administração só poderão concorrer chapas que forem registradas na secretaria da cooperativa no mínimo 5 (cinco) dias antes da data da assembleia geral, por solicitação de número não inferior a quinze associados, em pleno gozo de seus direitos, cumprindo a administração afixar afixar as chapas registradas em local visível.

Par.60- As chapas correspondentes à eleição, deverão ser acompanhadas de declaração de seus componentes de, se eleitos, assumirem e exercerem os respectivos cargos.

ART.270 - A assembleia geral ordinária reúne-se obrigatoriamente uma vez por ano, dentro de noventa dias do encerramento do exercício, cabendo-lhe especialmente:

A) Deliberar sobre a prestação de contas do exercício anterior compreendendo o relatório da gestão, o balanço e demonstrativo da conta de sobras e perdas e o parecer do conselho fiscal.

B) Dar destino ao excedente da produção;

C) Eleger, reeleger ou destituir ocupantes de cargos sociais.

ART.280 - As assembleias gerais ordinárias serão formadas pelos representantes eleitos, que decidiram sobre todos os assun-

tos, exceto:

- A) Eleição do conselho de administração;
- B) Quando concomitantes, eleição do conselho fiscal.

ART.299 - Nas hipóteses previstas nas alíneas "a" e "b" do artigo 289, as assembleias terão a sua duração por um período em cujo prazo ocorrerá a votação, apuração e posse dos eleitos.

Par.19- nas hipóteses previstas nas alíneas "a" e "b" do artigo 289, o voto será direto e pessoal;

Par.20- As eleições dos componentes dos órgãos de administração e fiscal ocorrerão após esgotados todos os assuntos de interesse social mencionados no edital de convocação da assembleia geral.

ART.309 - A aprovação do balanço, das contas e do relatório do conselho de administração desonera seus integrantes de responsabilidade para com a cooperativa, salvo no caso de erro, dolo ou fraude.

ART.319 - As assembleias extraordinárias serão formadas pelos representantes eleitos, os gerais decidirão sobre todos os assuntos constantes da ordem do dia, exceto:

- a) Fusão, incorporação ou desmembramento;
- b) Mudança de objetivos;
- c) Dissolução voluntária da sociedade;

Par.19- Nas hipóteses constantes das letras "a", "b", "c" deste artigo, a assembleia se procederá nos moldes da assembleia geral ordinária constante do artigo 299 e seus parágrafos, a todos os associados aptos, votarão de forma a provar ou reprovam as questões formuladas pelo conselho de administração.

Par.20- é de competência exclusiva da assembleia geral extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- A) Reforma dos estatutos;
- B) Fusão ou incorporação;
- C) Mudança de objetivos;
- D) Dissolução voluntária da cooperativa;
- E) Nomeação de liquidantes;
- F) Deliberação sobre as contas dos liquidantes.

Par.3- São necessários, atendido o que se dispõe o artigo 269 e par.39, os votos de dois terços (2/3) dos votantes presentes, para tomar validade as deliberações de que trata esse artigo.

ART.329 - Os demais associados não representantes, terão voz em qualquer das assembleias, porém sem direito a voto, salvo nos casos das letras "A" e "B" do artigo 289 ou das letras "A", "B" e "C" do artigo 319.

ART.339 - é da competência das assembleias gerais, quer ordinária quer extraordinária, a destituição dos componentes do conselho de administração e do conselho fiscal, em face de causa que justifique.

Par. único- Ocorrendo destituição que possa afetar a regularidade da administração ou fiscalização da entidade, poderá a assembleia designar administradores e conselheiros provisórios até a

posse de novos para cuja eleição haverá o prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Capítulo 7

Das eleições:

ART.34º - A cooperativa fará realizar por convocação do conselho de administração, a cada 03 (três) anos, eleições para o conselho diretor e para o conselho executivo e conselho fiscal.

ART.35º - Cada associado terá direito a um único voto.

ART.36º - O conselho executivo deverá reunir-se pelo menos uma vez por mês.

Par. único- As eleições se processarão por voto secreto de acordo com as normas e o regulamento eleitoral aprovado pelos associados em assembléia geral, constante em regimento interno.

ART.37º - O conselho diretor e o conselho fiscal será eleito por voto secreto, direto e pessoal por associado em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Par. único- Em cada período será renovado no mínimo 1/3 (um terço) dos membros do conselho administrativo.

ART.38º - Em caso de chapa única de conselho diretor e conselho fiscal e a soma dos votos brancos e nulos, atingirem mais de 50% (cinquenta por cento) do número de votos, a eleição será nula, cabendo aos representantes, a elaboração de nova (s) chapa (s), para nova eleição.

Capítulo 8

Do conselho de administração:

ART.39º - A cooperativa será administrada por um conselho de administração composto por 22 (vinte e dois) membros, todos associados com cargo no conselho diretor 01 (um) presidente, 01 (um) vice-presidente, 01 (um) secretário (a), no conselho executivo com 13 (treze) membros e igual número de suplentes, e conselho fiscal com 03 (três) membros e igual número de suplentes, uns e outros eleitos pela assembléia geral para um mandato de 03 (três) anos, sendo obrigatório o término de cada período de mandato, a renovação de no mínimo 1/3 (um terço) de seus componentes.

Par.1º- Os componentes do conselho de administração não poderão ter entre si laços de parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral.

Par.2º O conselho de administração rege-se pelas seguintes normas:

1- reúne-se ordinariamente 01 (uma) vez por mês extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente, da maioria do próprio conselho ou ainda por solicitação do conselho fiscal;

2- Delibera validamente com a presença da maioria dos seus

membros, proibida a representação, sendo as decisões tomadas por maioria simples dos votos presentes, cabendo ao presidente o voto de desempate;

3- As deliberações serão consideradas em atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas ao final dos trabalhos pelos conselheiros presentes.

ART.400 - Nos impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias, o presidente será substituído pelo vice-presidente e este pelo (a) secretário (a).

Par.10- O vice-presidente será substituído pelo (a) secretário (a) e este por um conselheiro a ser designado numa reunião do conselho de administração.

Par.20- Nos impedimentos do presidente, superiores a 90 (noventa) dias ou se ficarem vagos por qualquer tempo mais da metade dos cargos do conselho, deverá o presidente ou os membros restantes, se a presidência estiver vaga, convocar a assembléia geral para preenchimento dos cargos.

Par.30- O substituto exercerá o cargo somente até o final do mandato do seu antecessor.

Par.40- Perderá automaticamente o cargo o membro do conselho que, sem justificativa, faltar 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 06 (seis) intercaladas.

ART.410 - Compete ao conselho de administração, dentro dos limites da lei e deste estatuto e atendidas as decisões ou recomendações da assembléia geral:

- A) Regulamentar as operações e serviços da cooperativa;
- B) Elaborar ou reformular o regimento interno;
- C) Deliberar sobre as despesas da administração;
- D) Deliberar sobre admissão, eliminação ou exclusão dos associados;
- E) Deliberar sobre a convocação de assembléias gerais;
- F) Criar e propor formação de novos setores e equipes de trabalho bem como propor destituição das mesmas, se necessário;
- G) Examinar os balancetes mensais e o estado econômico financeiro da cooperativa;
- H) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da assembléia geral;
- I) Fixar o limite máximo do saldo que poderá ser mantido em caixa.

ART.420 - Afora as atribuições especificadas no artigo anterior, fica o conselho de administração investido de poderes para resolver todos os atos da gestão, inclusive transigir, contrair obrigações, alienar e empenhar bens e direitos, com exceção do que estabeleceu a letra "H" do artigo anterior, bem como realizar a contratação de operação de financiamentos com o Banco do Brasil S/A, Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, ou quaisquer outros estabelecimentos de créditos.

ART.430 - A execução das deliberações do conselho de administração compete:

- A) Ao presidente;
- B) Ao vice-presidente;
- C) Ao secretário;
- D) Conselheiros executivos.

ART.449 - Compete ao presidente:

- A) Representar a cooperativa em todos os atos que estabeleçam relações jurídicas;
- B) Convocar ordinária ou extraordinariamente, depois de deliberação do conselho de administração, as assembléias gerais;
- C) Presidir as assembléias e as reuniões do conselho de administração;
- D) Verificar mensalmente, a exatidão do saldo de caixa;
- E) Fiscalizar em geral, os serviços da cooperativa;
- F) Assinar com o vice-presidente ou coordenador do departamento de finanças, os cheques, instrumentos de procuração e qualquer documento que se refira a terceiros;
- G) Redigir o relatório anual que deve ser apresentado à assembléia geral;
- H) assinar o título nominativo, as demissões e admissões do livro de matrícula.

ART.450 - Ao vice-presidente além de outras, cabem as seguintes atribuições:

- A) Organizar e orientar os serviços internos e de admissão;
- B) Responsabilizar-se pela contabilidade, por valores, títulos, documentos, e arquivos referentes;
- C) Fazer recebimentos e pagamentos, responsabilizando-se pelo numerário de caixa;
- D) Redigir a correspondência para assinatura conjunta com o presidente.

ART.460 - Ao secretário (a) além de outros, cabem as seguintes atribuições:

- A) Secretariar e lavrar as atas das assembléias e conselho de administração;
- B) Dirigir ou executar os serviços que lhe forem afetos por regimento interno ou determinações do conselho de administração.

ART.470 - O presidente será substituído pelo vice-presidente e este pelo secretário (a) e este último por qualquer dos conselheiros, mas as substituições só terão lugar se os impedimentos não forem superiores a 90 (noventa) dias.

Par. único- Se o impedimento for definitivo ou superior a 90 (noventa) dias, o conselho de administração convocará uma assembléia geral para preenchimento dos cargos.

ART.480 - Os administradores terão seus cargos e suas atribuições fixadas pelo conselho de administração.

pre que for necessário para apresentação das contas e resultados decorrentes da liquidação;

I) Apresetar a assembléia geral, no fim da liquidação, o respectivo relatório e as contas finais;

J) Averbar no órgão competente, a ata da assembléia geral que considerou encerrada a liquidação.

Par.19- As obrigações e responsabilidades dos liquidantes regem-se pelos preceitos peculiares aos dos administradores da sociedade liquidada.

Par.20- Compete aos liquidantes representar a sociedade e praticar todos os atos necessários à sua liquidação em juízo ou fora dele.

ART.609 - A assembléia geral poderá em qualquer tempo, destituir os liquidantes e os membros do conselho fiscal, nomeados e eleitos para o fim específico de liquidação da sociedade.

ART.619 - O associado discordante tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da ata da assembléia geral que aprovou a liquidação e conseqüente encerramento das atividades da cooperativa, para promover a ação que couber.

ART.629 - A liquidação extra judicial em geral precedida da intervenção, deverá basear-se, principalmente, na insolvência da sociedade e será procedida pelo órgão normativo, dentro dos princípios fundamentais estabelecidos em lei.

Capítulo 13

Das disposições gerais e transitórias:

ART.63 - Os mandatos dos ocupantes dos cargos de administração ou fiscal perdurarão até a data da realização da assembléia geral ordinária que corresponde ao ano social em que tais mandatos se findam.

ART.649 - Poderá o conselho de administração criar comitês especiais transitórios ou não, para estudar, planejar e coordenar a solução de questões específicas, relativas ao funcionamento da cooperativa.

ART.659 - A cooperativa poderá filiar-se a órgãos de classe e/ou federações representativas de suas atividades sociais.

ART.669 - Os casos omissos ao presente estatuto serão resolvidos de acordo com a legislação em vigor, se necessário, os órgãos oficiais competentes.

ART.679 - O presente estatuto entra em vigor a partir de sua aprovação em assembléia geral, especificamente convocada para isso.

liares, bem como aos empregados da cooperativa, podendo os respectivos recursos serem aplicados mediante convênio com entidades públicas ou privadas.

Par. único- O fundo de assistência técnica, educacional e social é indivisível entre os associados, mesmo no caso de dissolução e liquidação da cooperativa, hipótese em que lhe será dada destinação legal.

Capítulo 11

Da dissolução e liquidação:

ART.57º - A dissolução da cooperativa dar-se-á:

A) Por deliberação espontânea dos associados manifestada em assembleia geral extraordinária, especialmente convocada;

B) Quando a cooperativa não contar com número mínimo de 20 (vinte) associados, previsto em lei ou pela redução do capital social mínimo;

C) No caso de insolvência;

D) Por determinação judicial;

E) Por cancelamento de autorização para funcionamento;

F) Em virtude de alteração de sua forma jurídica.

ART.58º - Determinada a liquidação da cooperativa pela assembleia geral extraordinária, esta nomeará um ou mais liquidantes, no máximo 03 (três) elegendo igualmente um conselho fiscal, composto de 03 (três) membros, e 03 (três) suplentes.

Capítulo 12

Serão obrigações dos liquidantes:

ART.59º - Os liquidantes terão o prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de sua nomeação, para dar início à liquidação de venda:

A) Proceder ao arquivamento no órgão competente, da ata da assembleia geral em que foi resolvida a liquidação;

B) Comunicar ao órgão normativo e ao Banco Nacional de Crédito a sua nomeação e os fatos que a determinaram, fornecendo cópia da ata da assembleia geral;

C) Arrecadar os bens, livros e documentos da sociedade, onde quer que esteja;

D) Convocar os credores e devedores, promovendo o levantamento dos créditos e débitos da sociedade;

E) Proceder ao levantamento do inventário e do balanço do ativo e passivo;

F) Realizar o ativo social para saldar o passivo e reembolsar os associados de suas cotas-partes, destinando o remanescente, inclusive os fundos indivisíveis, ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A;

G) Exigir dos associados a integralização das cotas-partes de capital social não integralizadas, quando o ativo não bastar para a solução do passivo;

H) Convocar a assembleia geral cada 06 (seis) meses ou sem-

F) Verificar se os estoques de produtos ou mercadorias estão em boa guarda e se suas quantidades e valores registrados estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observância de regras próprias;

G) Examinar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do conselho de administração, emitindo parecer sobre os últimos para a assembléia geral;

H) Informar ao conselho da administração sobre as conclusões de seus trabalhos, denunciando a este as irregularidades constatadas e, se não sanadas em tempo hábil e ocorrendo motivos graves e urgentes, convocar a assembléia geral extraordinária, levando ao conhecimento das autoridades competentes, se a natureza das irregularidades assim o aconselhar.

Par. único- Para os exames e verificações dos livros e documentação necessários ao cumprimento de suas atribuições, poderá o conselho fiscal contratar o assessoramento de técnicos especializados, e valer-se do relatório e informação dos serviços de auditoria.

Capítulo 10

Do balanço, sobras, perdas e fundos:

ART.539 - O balanço geral, incluindo o confronto de receitas e despesas será levantado no último dia útil de dezembro de cada ano.

Par. único- Os resultados deverão ser apurados separadamente, segundo a natureza das operações ou serviços.

ART.549 - das sobras verificadas serão deduzidas as seguintes taxas:

a) Vinte por cento (20%) para o fundo de reserva;

b) Trinta por cento (30%) para o fundo de assistência técnica, educacional e social.

Par.19- As sobras líquidas apuradas na forma deste artigo, deduzidas do valor das gratificações aos componentes dos órgãos de administração e empregados, se assim determinar a assembléia geral ordinária serão distribuídos aos associados na proporção das operações que houverem realizado com a cooperativa, após a aprovação do balanço, salvo destinação diversa.

Par.20- as perdas verificadas que não tenham cobertura de fundo de reserva serão rateadas entre os associados após a aprovação do balanço pela assembléia geral ordinária, na proporção das operações que houverem realizado com a cooperativa.

ART.559 - O fundo de reserva destina-se a preparar eventuais perdas de qualquer natureza que a cooperativa venha a sofrer, sendo indispensável entre os associados mesmo no caso de dissolução e liquidação da cooperativa, hipótese em que será recolhido ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo juntamente com o saldo remanescente não comprometido.

ART.569 - O fundo de assistência técnica, educacional e social destinado a prestar assistência aos associados e seus fami-

Capítulo 9

Do conselho fiscal:

ART.499 - O conselho fiscal é constituído por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, qualquer destes para substituir qualquer daqueles, todos associados eleitos pela assembléia geral para um mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição, para o período imediato de apenas 1/3 (um terço) de seus integrantes.

Par. único- Os membros do conselho fiscal não poderão ter entre si e com os membros do conselho de administração nem com o (s) gerente (s) ou contador (s), laços de parentesco até 2º (segundo) grau em linha reta ou colateral.

ART.509 - O conselho fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, com a participação de 03 (três) de seus membros.

Par.19- Em sua primeira reunião, escolherá entre seus membros efetivos um coordenador incumbido de convocar e dirigir os trabalhos das reuniões e um secretário;

Par.20- As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas por qualquer dos seus membros, por solicitação do conselho de administração ou da assembléia geral, ou ainda por vinte por cento dos associados em consições de votar;

Par.30- Na ausência do coordenador, os trabalhos serão dirigidos por substituto escolhido na ocasião;

Par.40- As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos, proibidos a representação e constarão de ata lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos de cada reunião, pelos 03 (três) conselheiros presentes.

ART.519 - Os membros efetivos do conselho fiscal em caso de renúncia, impedimento, falecimento ou perda de mandato, serão substituídos pelos seus suplentes e, no caso de ainda assim não permanecer o conselho fiscal com 03 (três) membros em exercício, deverá ser convocada a assembléia geral para preencher as vagas.

ART.529 - Compete ao conselho fiscal exercer assidua e minuciosa fiscalização sobre a administração da cooperativa, cabendo-lhe entre outras, as seguintes atribuições:

A) Conferir mensalmente, o saldo do numerário, existente em caixa, verificando também se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pelo conselho de administração;

B) Verificar se os extratos bancários conferem com a escrituração da cooperativa;

C) Averiguar se existem reclamações dos associados quanto aos serviços prestados;

D) Inteirar-se se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os compromissos são atendidos com pontualidade;

E) certificar-se se existem exigências ou deveres a cumprir junto às autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas, bem quanto aos órgãos do cooperativismo;

LEVANTAMENTO SOCIO-ECONÔMICO (PARA PRODUTORES INDIVIDUAIS)

1-Identificação

1.1-Nome do produtor.....
1.2-Procendência.....
1.3-Origem.....
1.4-Religião.....

2- Instalações da propriedade

Moradia: Tipo....., área.....m2. Conservação.....
Chiqueiro:Tipo....., área.....m2. Conservação.....
Estrebaria:Tipo....., área.....m2. Conservação.....
Paio:Tipo....., área.....m2. Conservação.....
Galinheiro:Tipo....., área.....m2. Conservação.....
Esterqueira:Tipo....., área.....m2. Conservação.....
Silo:Tipo....., área.....m2. Conservação.....
Galpões:Tipo....., área.....m2. Conservação.....
Energia elétrica:..... Nº de bicos.....

3- Estrutura familiar e nível de instrução

3.1-Pessoas na família:masc.....; fem..... Total.....
3.2-Faixa etária: 0 a 7 anos masc.....; fem..... Total.....
 8 a 15 masc.....; fem..... Total.....
 16 a 25 masc.....; fem..... Total.....
 26 a 35 masc.....; fem..... Total.....
 36 a 45 masc.....; fem..... Total.....
 46 a 55 masc.....; fem..... Total.....
 56 ou mais masc.....; fem..... Total.....

3.3-Nível de instrução:

analfabetos: masc.....; fem..... Total.....
alfabetizados: masc.....; fem..... Total.....
1º g. incomp.: masc.....; fem..... Total.....
1º g. compl.: masc.....; fem..... Total.....
2º g. incomp.: masc.....; fem..... Total.....
2º g. compl.: masc.....; fem..... Total.....
3º g. incomp.: masc.....; fem..... Total.....
3º g. compl.: masc.....; fem..... Total.....

3.4-Nº de pessoas na escola: masc.....; fem..... Total.....

4-Saúde

4.1-Doenças que membros da família estão enfrentando:
.....
.....
.....

4.2-Número de pessoas na família em tratamento médico.....

4.3-Tipo de assistência médica que a família possui em caso de
doença:.....

5- Saneamento

5.1-água encanada..... como: ()artesiano; ()poço comum;
()fonte.

5.2-Privada: ()casinha; ()WC interno.

5.3-Esgoto: ()não; ()sim, de que tipo: ()poço negro;
()outro.....

5.4-Lixo: ()não recolhe; ()depositado em local afastado da casa;
()queimado; ()enterrado; ()compostado e transformado em adubo.

5.5-lixo dos agrotóxicos:destino.....

6-Estrutura fundiária

Area totalha, sendo contínua..... ha e descontínua.....
.....ha.

7-Maquinaria e implementos agrícolas

Especificação	quantidade	ano	marca	valor esti-
Tratores;10 HP	-----	-----	-----	-----
10 a 20 HP	-----	-----	-----	-----
20 a 65 HP	-----	-----	-----	-----
65 a 100 HP	-----	-----	-----	-----
mais de 100HP	-----	-----	-----	-----
Arados: de tração animal	-----	-----	-----	-----
" mecan.	-----	-----	-----	-----
Máq. colheit:automot.	-----	-----	-----	-----
trilhad.	-----	-----	-----	-----
Veículos tração mecânica:				
Caminhão	-----	-----	-----	-----
Camionete	-----	-----	-----	-----
Veículo passeio	-----	-----	-----	-----
Reboque/Carretão	-----	-----	-----	-----
Máquinas de plantio:				
Plantad. p/plantio dir.	-----	-----	-----	-----
" convenc	-----	-----	-----	-----
" de tração animal	-----	-----	-----	-----
" manual	-----	-----	-----	-----
Veículos de tração animal:				
charrete	-----	-----	-----	-----
carroça	-----	-----	-----	-----
Outros equipamentos agrícolas:				
-----	-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----	-----

8- Equipamentos eletrodomésticos

especificação	quantidade	ano	valor estimado
batedeira	-----	-----	-----
bomba água	-----	-----	-----
chuveiro elétrico	-----	-----	-----
ap. de som	-----	-----	-----
ferro de passar	-----	-----	-----
fogão à gás	-----	-----	-----

fogão à lenha	-----	-----	-----
geladeira	-----	-----	-----
freezer	-----	-----	-----
liquidificador	-----	-----	-----
aquecedor elétrico	-----	-----	-----
ar condicionado	-----	-----	-----
vídeo game	-----	-----	-----
máquina lavar	-----	-----	-----
rádio	-----	-----	-----
TV preto e branco	-----	-----	-----
TV em cores	-----	-----	-----
vídeo-cassete	-----	-----	-----
ventilador	-----	-----	-----
espremedor fruta	-----	-----	-----
secadora roupa	-----	-----	-----
resfriador de leite	-----	-----	-----

9- Assistência técnica

()EMATER; ()cooperativa; ()particular; ()outra entidade.

10- Criações:

bovinos de leite: total de vacas-----

Produção de leite/l -----diários

Total de bovinos-----

Total de suínos-----

Galinhas de postura-----; de corte: consumo-----; venda---

Produção de ovos por dia-----.

Cavalos: total de cabeças-----

Cabritos:total de cabeças-----

Piscicultura:kg/ano-----, Venda kg/ano-----.

10- Explorações agrícolas

Culturas	área	produção	venda
milho	-----	-----	-----
soja	-----	-----	-----
trigo	-----	-----	-----
feijão	-----	-----	-----
arroz	-----	-----	-----
mandioca	-----	-----	-----
sorgo	-----	-----	-----
cevada	-----	-----	-----
aveia	-----	-----	-----
pipoca	-----	-----	-----
amendoim	-----	-----	-----
batata doce	-----	-----	-----
batata ingl.	-----	-----	-----
cana	-----	-----	-----
melancia	-----	-----	-----
erva mate	-----	-----	-----
abóbora	-----	-----	-----
outras:	-----	-----	-----
	-----	-----	-----
	-----	-----	-----

11-Crédito

órgão creditício	prazo
-----	-----
-----	-----
-----	-----
-----	-----

12-Comercialização

Onde comercializa o produto:-----

Qual o porcentual comercializado:-----

13-Horticultura

cultura	produção
tomate	-----
cebola	-----
repolho	-----
beterraba	-----
cenoura	-----
rabanete	-----
alho	-----
alface	-----
couve	-----
chuchu	-----
outras:	-----
-----	-----
-----	-----
-----	-----

14-Frutíferas

Tipo	kg vendidos
-----	-----
-----	-----
-----	-----
-----	-----

15-Produção caseira

Tipo	Produção	Total vendido
-----	-----	-----
-----	-----	-----
-----	-----	-----
-----	-----	-----

16- Participação em seminários, palestras, cursos (últimos anos)

Nº de membros da família	assunto	local	duração
-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----

17- Onde a família costuma passar as férias?

18- Por que o senhor não participa da COOPANOR?

19- Qual a relação (se existe) com a COOPANOR?

19- O senhor costuma utilizar máquinas e implementos de terceiros?
De quem?

20- Qual a remuneração que costuma receber como agricultor?

21- Na sua opinião, há futuro para o pequeno produtor individual?
Há uma tendência a ele tornar-se um sem terra?

Observações:

LEVANTAMENTO SOCIO-ECONÔMICO (PARA OS SÓCIOS DA COOPANOR)

1-Identificação

1.1-Nome do produtor:_____

1.2-Procedência:_____

1.3-Origem:_____

1.4-Religião:_____

2-Instalações da propriedade

moradia: Tipo:_____, área_____m2. Conservação:_____

chiqueiro: Tipo:_____, área_____m2. Conservação:_____

estrebria: Tipo:_____, área_____m2. Conservação:_____

paio: Tipo:_____, área_____m2. Conservação:_____

galinheiro: Tipo:_____, área_____m2. Conservação:_____

esterqueira: Tipo:_____, área_____m2. Conservação:_____

silo: Tipo:_____, área_____m2. Conservação:_____

galpões: Tipo:_____, área_____m2. conservação:_____

energia elétrica:_____ . Nº de bicos:_____.

3- Estrutura familiar e nível de instrução

3.1-Pessoas na família: masc._____; fem._____; total:_____

3.2-Faixa etária: 0 a 7 anos:masc._____; fem._____; total:_____

8 a 15 anos:masc._____; fem._____; total:_____

16 a 25 anos:masc._____; fem._____; total:_____

26 a 35 anos:masc._____; fem._____; total:_____

36 a 45 anos:masc._____; fem._____; total:_____

46 a 55 anos:masc._____; fem._____; total:_____

mais de 56 :masc._____; fem._____; total:_____

3.3-Nível de instrução:

analfabetos: masc._____; fem._____; total:_____

alfabetizados:masc._____; fem._____; total:_____

1º g. incomp.:masc._____; fem._____; total:_____

1º g. compl.:masc._____; fem._____; total:_____

2º g. incomp.:masc._____; fem._____; total:_____

2º g. compl.:masc._____; fem._____; total:_____

3º g. incomp.:masc._____; fem._____; total:_____

3º g. compl.:masc._____; fem._____; total:_____

3.4-Nº de pessoas na escola: masc._____; fem._____; total:_____

4- Saúde

4.1-Doenças que membros da família estão enfrentando. _____

4.2-Nº de pessoas em tratamento médico_____.

4.3-Tipo de assistência que a família possui em caso de doença:_____

5- Saneamento

5.1-água encanada_____ como: ()artesiano; ()poço comum;
()fonte5.2-esgoto:()não; ()sim, de qual tipo: ()poço negro;
()outro_____

- 5.3-privada:()casinha; ()WC interno
- 5.4-lixo:()não recolhe; ()depositado em local afastado da casa;
()queimado; ()enterrado; ()compostado e transformado em adubo.
- 5.5-lixo dos agrotóxicos:destino_____

6-Equipamentos eletrodomésticos

Especificação	quantidade	ano	valor estimado
batedeira	_____	_____	_____
bomba água	_____	_____	_____
chuveiro elétrico	_____	_____	_____
apar. som	_____	_____	_____
ferro de passar	_____	_____	_____
fogão à gás	_____	_____	_____
fogão à lenha	_____	_____	_____
geladeira	_____	_____	_____
freezer	_____	_____	_____
liquidificador	_____	_____	_____
aquecedor elétrico	_____	_____	_____
ar condicionado	_____	_____	_____
vídeo game	_____	_____	_____
máq. lavar	_____	_____	_____
rádio	_____	_____	_____
tv preto/branco	_____	_____	_____
tv em cores	_____	_____	_____
vídeo cassete	_____	_____	_____
ventilador	_____	_____	_____
espremedor fruta	_____	_____	_____
secadora de roupa	_____	_____	_____
resfriador leite	_____	_____	_____

7- Criações individuais

- 7.1-bovinos de leite: total de vacas_____
- produção de leite ao dia_____ litros.
- total de bovinos:_____
- 7.2-suínos_____
- 7.3-galinhas: de postura_____, produção de ovos ao dia_____
- galinhas de corte: consumo:_____, venda:_____.
- 7.4-cavalos:_____
- 7.5-ovinos:_____
- 7.6-cabritos:_____
- 7.7-piscicultura:_____

8-Explorações agrícolas individuais

culturas	área	produção	venda
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____

9- Horticultura individual

tipo	produção
tomate	-----
cebola	-----
repolho	-----
beterraba	-----
cenoura	-----
rabanete	-----
alho	-----
alface	-----
couve	-----
chuchu	-----
outras:	-----

10-frutíferas individuais

tipo	colheita
-----	-----
-----	-----
-----	-----
-----	-----

11-produção caseira individual

tipo	produção
-----	-----
-----	-----
-----	-----
-----	-----

12-Participação em seminários, palestras, cursos (últimos anos)

Nº de membros da família	tipo	local	duração
-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----

13-Onde a família costuma passar as férias:

14-Qual o percentual da sua produção individual é comercializada:

15-Qual a remuneração que costuma receber como sócio da COOPANOR?
O que isto representa em termos percentuais em relação à sua remuneração total?

16-Na sua opinião, há futuro para o pequeno produtor que explora a terra de forma individual? Há uma tendência a ele tornar-se um sem terra?

Observações:

LEVANTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO (PARA COLETIVOS E INDIVIDUAIS)

I-Identificação

- 1.Nome do produtor_____
- 2.()individual; ()COOPANOR

II-Vida anterior ao assentamento

- 1.Condições do produtor em relação às terras que explorava anteriormente:

Proprietário:_____ha
 Parceiro:_____ha
 Ocupante:_____ha
 Outra (especificar)_____ha

- 2.Instalações da propriedade em que residia:

Moradia: Tipo_____, área_____m². Conservação_____

Energia elétrica_____, nº de cotas_____.

- 3.Tipo de assistência que a família possuía em caso de doença:_____

4.Saneamento:

Água encanada_____ como:()artesianos; ()poço comum; ()fonte privada; ()casinha; ()wc interno

5.Maquinaria e implementos agrícolas que possuía:

especificação	quantidade	estado geral
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

6.Equipamentos eletrodomésticos que possuía:

especificação	quantidade	estado geral
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

7.Assistência técnica que possuía:

()EMATER; ()Cooperativa; ()Particular; ()outra entidade

8.Explorações pecuárias que possuía:

- 8.1 bovinos de leite: total de vacas_____
- produção de leite em média por dia_____litros.
- total de bovinos_____
- 8.2 Total de suínos_____

8.3 Total de galinhas:-----, de postura-----;de corte-----
 ----- Consumo de galinhas-----, venda de galinhas-----
 -----, produção de ovos por dia-----dúzias.

8.4 Total de cavalos-----

8.5 Total de ovinos-----

8.6 Total de cabritos-----

8.7 Piscicultura:kg/ano-----, venda -----kg/ano.

9.Explorações agrícolas (o que produzia e uma média da produção anual)

culturas	área	produção	venda
-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----

10. Como obtinha o crédito:

órgão creditício prazo médio

-----	-----
-----	-----
-----	-----
-----	-----

O senhor conseguia renegociar a dívida, conseguindo um prazo maior? -----

11.Comercialização:

Onde comercializava o produto:

Qual o porcentage do que era produzido era comercializado:

12.Lazer que a família possuía:

Onde costumavam passar as férias:

13.Na sua opinião, o que o tornou um sem terra:

14.Em relação a sua condição anterior (antes de estar assentado em Nova Ramada), em que sentido a sua vida mudou:

15.Possuía escola próxima da sua moradia anterior?

16.Antes de estar assentado em Nova Ramada, onde mais esteve acampado, ou trabalhando em sua terra ou na de terceiros.

Observações-